

ESBÔÇO DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA NOS SÉCULOS XIX E XX (*).

Pouco a pouco, apesar de todos os altos e baixos inevitáveis nas fases de tomada de consciência de maturidade, manifestam-se os sinais de uma renovação dos estudos de história no Brasil. Destaca-se, por exemplo, a certeza da impossibilidade de considerar-se o país como algo historicamente autônomo, levando a um sempre maior alargamento dos horizontes; as peculiaridades brasileiras, neste caso, estariam longe de justificar um isolamento, pois diversas delas, até mesmo, só poderiam encontrar uma explicação razoável mediante o recurso a elementos alienígenas. O desenvolvimento de outros ramos de estudos, os sociológicos, principalmente, contribui para lançar luz sobre vários problemas, cujo exame conduz à sua revisão no tempo, redundando, automaticamente, num enriquecimento do saber historiográfico. Principia a florescer entre nós aquilo que, em outras regiões, tantos frutos já produziu, isto é: a convicção de que limites político-geográficos não proporcionam um enquadramento inteligível para a História, que deve ser buscada, antes, no estudo de relações processadas dentro de limites incomparavelmente mais amplos. O Brasil, portanto, situa-se no grande complexo comumente designado como civilização ocidental; seu processo formativo apenas pode ser compreendido através da articulação no âmbito desta unidade superior (1). Não nos referimos, aqui, aos laços mais aparentes, que associam o país a Portugal, dando origem à crença na absoluta necessidade do estudo da história ibérica para compreendê-lo. Isto se dá, certamente, no tocante a todo o período colonial. Mas, mesmo assim, como já disse alguém, a despeito das inegáveis relações com os portugueses, foi a Europa, e não

(*) — O presente trabalho é um capítulo da obra intitulada *Introdução aos Estudos Históricos*, sob a direção do Prof. Jean Glénisson (do Centre de recherches historiques, Paris), a ser brevemente publicada pela Editora Difusão Européia do Livro (Nota da Redação).

(1). — Cf. V. M. Dean, *The nature of the non-western world* (New York, 1957), em que, não obstante, se exclui toda a América Latina do mundo ocidental.

Portugal sozinho, que forneceu a esta nação seus mais importantes fundamentos (2), e apenas com o pensamento voltado para toda a Europa Ocidental será inteligível a visão de uma história brasileira. A integração de nosso passado no plano do espaço terá como corolários a integração no tempo, saltando aos olhos a falácia de tomar-se como ponto absoluto para início de nossa história o movimento das grandes descobertas. As novas concepções dominantes na matéria insistem em que a história não se manifesta apenas no campo concreto, mais ainda, que este corresponde à expressão de processos verificados no campo do pensamento. Embora com a restrição de considerar-se exagerada a afirmativa segundo a qual “toda história é história do pensamento” (3), é impossível, hoje em dia, deixar-se de levar em conta esta circunstância para o exame do caso brasileiro. Com isto, atingiremos dois grandes resultados, a saber: 1). — a articulação do processo formativo do Brasil com a própria Idade Média européia, não só mediante o transplante ou o reflexo das instituições, mas também porque a isto nos conduziriam muitos e muitos traços do desenvolvimento das idéias, da arte, da religião, da mentalidade brasileira, enfim (4); 2). — orientar nossas atenções para um quadro orgânico de nosso passado, em que, sem se atribuir a predominância ao campo econômico, político, ou a qualquer outro, todos eles fossem encarados em sua constante interação, proporcionando-nos algo que mais próximo se encontrasse de uma reconstituição, em plano superior, da vida brasileira através dos tempos. Incessantemente, assim, amplia-se o campo de estudo, tornando-se sempre mais difícil, nas numerosas facetas de sua complexidade. Somente à custa desta ampliação, contudo, será possível reajustar-se nossa história às tendências predominantes no pensamento ocidental contemporâneo, atribuindo-se ao Brasil uma posição definida no quadro da cultura ocidental. Merecem ser lembradas, aqui, as palavras de um moderno autor francês:

“O desagradável é que temos Histórias — da filosofia, das ciências, da literatura — que não se entrecruzam. E, entretanto, tudo se entrosa... Tudo se entrosa. E não são as referências, são as interferências que têm importância” (5).

-
- (2). — K. H. Oberacker Jr., *Der deutsche Beitrag zum Aufbau der brasilianischen Nation*, pág. 2.
(3). — R. G. Collingwood, *The Idea of History*, pág. 215.
(4). — Cf. L. Weckmann, *The Middle Ages in the conquest of America*, in *Speculum*, vol. XXVI, 1951, págs. 130-141; Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso*, págs. 78 e ss.
(5). — Y. Belaval, in *Diogenes*, n.º 28, outubro-dezembro de 1959, contra-capá.

A rigor, as últimas só podem ser vistas depois das primeiras, afastando-se, desta forma, o perigo de desleixo com a determinação dos fatos, com o estudo dos documentos, em favor de construções aleatórias. O historiador digno do nome jamais se exporá a um risco de tal natureza. O que pretendemos deixar claro, enfim, é que também a história do Brasil se processa segundo um emaranhado de interferências de toda ordem, que tais interferências levam-nos ao rompimento do quadro político-geográfico, levam-nos, por vezes, muito longe no tempo e obrigam-nos a uma permanente vigilância no tocante à história da totalidade do mundo ocidental. Simbólico, a tal respeito, parece-nos ser o próprio panorama da historiografia relativa ao país na primeira metade do século XIX, em que se destacam um inglês — Southey — e um alemão — Martius. A simples lembrança destes nomes é suficiente para corroborar o que acabamos de dizer, tanto mais quanto, tomando-se agora a obra de tais autores como fonte para o estudo de sua época, sere-mos conduzidos a uma interferência da imagem do Brasil no panorama intelectual europeu, o que não deixa de ser, também, uma contribuição — e das mais legítimas — para a história Brasileira. E é considerando sua importância de expressões da integração do país no âmbito ocidental, que tomaremos sua época como base para o nosso bosquejo relativo à historiografia brasileira. Outro fato, ainda, confirma-nos nesta escolha: a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, acontecimento contemporâneo daqueles autores.

*

Em começos do século XIX, a bem dizer-se, apenas existia uma História geral do Brasil (6): a de Sebastião da Rocha Pita (1660-1738). Sob o título de **História da América portuguesa**, desde seu descobrimento até o ano de 1724, publicou-se ela em 1731. Os críticos têm-na muito mais por uma crônica, um poe-

(6). — Cf. Sílvia Romero, *História da Literatura Brasileira*, 3a. edição, II, págs. 238 e ss. para outros cronistas do período; Pereira da Silva, *Sebastião da Rocha Pita* (RIHGB, vol. XII, pág. 261): "O Brasil carecia de uma História que fôsse como o complexo ou fusão de todos os escritos impressos e não impressos acêrca do seu descobrimento, da sua colonização, das suas nações de indígenas, das suas importantes explorações e dos grandes acontecimentos por que teve de passar desde seus primeiros dias, alvo da cobiça de tantos povos, que invejavam as inúmeras riquezas de seu solo feliz e a majestade de sua posição geográfica; e maior glória lhe caberia se fôsse esta História escrita por um seu filho, do que por qualquer outro estranho, que lhe fôsse embora muito afelçoadado".

ma em prosa, ou até mesmo uma novela histórica (7), do que propriamente por história, tal como a entendemos hoje, ou até mesmo como era entendida na Europa, em meados do século XVIII. Sua intenção era, decididamente, tecer um hino à terra, resultando daí passagens famosas, em que a natureza, especialmente, era cantada em todos os seus esplendores, numa exaltação gongórica às belezas e à opulência do Brasil (8); notava-se, ainda, outra característica fundamental na obra: o desejo de exhibir sapiência a qualquer pretexto, segundo o gosto em vigor nas Academias literárias, a uma das quais — a dos Esquecidos — filiava-se Rocha Pita (9). O elemento clássico assume uma considerável importância, não deixando Rocha Pita de julgar a América portugêsa em condições de rivalizar com a Itália e a Grécia na produção de engenhosos filhos; mas, além disto, muito mais vinha à baila:

“origem da pólvora, genealogias, horóscopos, teologia, tudo desfila por suas páginas, antes para mostrar o saber do autor do que para esclarecer o assunto” (10).

Acima de quaisquer discussões, entretanto, Rocha Pita ocupa um lugar de relêvo na historiografia nacional, pelo reflexo que teve no ulterior desenvolvimento desta última: repellido por Southey, de um lado, e respeitado — quando não seguido — pela mentalidade predominante entre os fundadores do Instituto Histórico e Geográfico. Encontramô-lo, aliás, expressamente mencionado no curto prefácio do historiador britânico, como se vê:

“A única história geral do Brasil que existe é a **América Portuguesa** de Sebastião da Rocha Pita, obra magra e mal alinhavada, que só na falta de outra tem podido passar por valiosa” (11).

Noutra ocasião, ao confirmar a chegada de um documento, completa êle o seu juízo:

-
- (7). — Cf. Ronald de Carvalho, *Pequena História da literatura brasileira*, 5a. ed., pág. 133; Sílvia Romero, *ob. cit.*, II, pág. 62.
(8). — Capistrano de Abreu, *Ensaio e Estudos*, III, pág. 174.
(9). — Outra Academia, a dos Renascidos, planejara a composição de uma História Geral do Brasil; cf. RIHGB, tomo XLV, 1, págs. 49 e ss.
(10). — C. de Abreu, in *Gazeta de notícias* (23-III-1830), ap. S. Romero, *ob. cit.*, pág. 65.
(11). — *História do Brasil*, trad. Luis Joaquim de Oliveira e Castro, anotada pelo Con. Dr. J. C. Fernandes Pinheiro, I, pág. 3.

“O manuscrito chegou, e ser-me-á de grande utilidade, tanto mais quanto Rocha Pita assume uma posição oposta à minha neste assunto e omite, como habitualmente faz, seus principais pontos” (12).

Preencher a lacuna assim reconhecida, tal foi a missão de que se incumbiu Robert Southey. Motivos diversos levaram-no a isto. Em primeiro lugar, lembremos a atração exercida por uma região tropical, por uma paisagem estranha, sôbre a imaginação romântica de “um pobre ente nervoso”, apaixonado pelo sol, pelo clima luminoso, pelas “delícias do sul”, enfim (13).

“Belo era o país e abundante de quanto podia desejar o coração humano: a brilhante plumagem das aves deleitava os olhos dos europeus; exalavam as árvores inexprimíveis fragâncias, distilando tantas gôtas e sumos, que se entendeu que, bem conhecidas tôdas as virtudes destas plantas, nada impediria o homem de gozar de vigorosa saúde até extrema velhice. Se o paraíso terrestre existe em alguma parte, não podia ser longe dali” (14).

O tema do Éden na zona equatorial, divulgado na Inglaterra já nas **Principal Navigations** de Hakluyt (15), ajustava-se excelentemente aos sonhos da geração de Southey, tudo indicando que, por seu intermédio, tenha ingressado a imagem do Brasil no romantismo britânico (16). Apesar das semelhanças com as idéias de Rocha Pita, uma passagem como aquela deriva, portanto, de uma concepção bem diferente do assunto, bastando as primeiras páginas da obra para nos convencer disto, pois nem tudo é risonho e belo na história brasileira, como se vê:

“Percorrendo os seus anais, mais freqüentes nos agitarão a indignação e a cólera, do que êsses sentimentos elevados, que o historiador prefere excitar. Tenho de falar de selvagens tão desumanos, que pouca simpatia nos podem inspirar os sofrimentos por que tiveram de passar, e de colonos cujos triunfos pouca alegria nos podem causar, porque não menos cruéis eram êles do que os índios que

(12). — Carta a Th. e H. Koster, de 27-V-1815, in RIHGB, tomo 178, 1943.

(13). — Cf. Carta a Grosvenor Bedford, ap. Oliveira Lima, *Retrato de Southey*, in RIHGB, tomo XLVIII, 2a. parte, 1907, págs. 233-252. C. de Abreu, *Ensaio e Estudos*, I, pág. 139.

(14). — *História do Brasil*, I, págs. 40-41.

(15). — Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso*, págs. 325-326.

(16). — O interesse de Southey pela América, em geral, reflete-se também nos seus planos de fundação de uma colônia literário-agrícola na América do Norte, juntamente com Coleridge e outros. Cf. Ol. Lima, art. cit., pág. 237.

guerreavam, e tão avarentos como bárbaros, perpetravam o maior dos crimes pelo mais vil dos motivos. Nem os poucos caracteres mais nobres que aparecem, alcançaram renome que fôsse além dos limites de sua própria religião e do seu idioma” (17).

Tudo isto, porém, Southey o afirmava em base em abundante documentação, jamais incorrendo no defeito

“de dar como verdadeiros alguns fatos, que qualquer minucioso exame, ou investigador raciocínio, teria declarado falsos, e mesmo inverossímeis” (18),

defeito êste que os próprios admiradores foram forçados a reconhecer em Rocha Pita. Deveras, encontrava-se à sua disposição a biblioteca de seu tio, o reverendo Herbert Hill, que vivera durante mais de trinta anos em Portugal, reunindo, inclusive, uma

“coleção de manuscritos, não menos copiosa do que interessante, e tal como na Inglaterra se não acharia outra” (19).

A facilidade de acesso a êste rico material contribuiu, certamente, para a decisão de compor a História do Brasil, complemento necessário à História de Portugal, em que também trabalhava Southey. O interêsse pelo assunto explica-se, ainda, graças à relativa importância conferida ao Brasil pela transmigração da família real, em 1807 (20); isto foi que o levou a entrever para o país um futuro brilhantíssimo, diante do qual empalideceria até mesmo a significação da Índia no plano das conquistas portuguesas (21), despertando-lhe a ambição de ter sua memória lembrada, como o corifeu de uma grande nação (22).

(17). — História do Brasil, I, pág. 6.

(18). — J. M. Pereira da Silva, Sebastião da Rocha Pita, in RIHGB, tomo XII, pág. 271.

(19). — História do Brasil, Prefácio.

(20). — Oliveira Lima, art. cit., pág. 246.

(21). — História do Brasil, I, págs. 14-15.

(22). — Cf. Carta a C. H. Townshend, ap. Oliveira Lima, art. cit., pág. 247: “Seria faltar à sinceridade que vos devo, esconder que minha obra, daqui a longos tempos, se encontrará entre as que não são destinadas a perecer; que me assegurará o ser lembrado em outros países que não o meu; que será lida no coração da América do Sul e transmitirá aos brasileiros, quando se tiverem tornado uma nação poderosa, muito de sua História que de outra forma teria desaparecido, ficando para êles o que para a Europa é a obra de Heródoto”.

Outro traço, ainda, deve ser sublinhado. Southéy compreendeu a necessidade — ao menos — da associação da História do Brasil à das colônias espanholas limítrofes, prevenindo o leitor a tal respeito, e nunca deixando de traçar a História daquelas colônias, desde que a julgasse necessária para a elucidação de pontos referentes à formação do Brasil.

Procedeu êle, enfim, de molde a merecer respeito até os nossos dias, pois,

“apesar de ultrapassada sob certos aspectos, e desmentida em outros, continua a ser a mais compreensiva exposição em inglês” dos tempos coloniais brasileiros (23).

No mundo intelectual do Brasil seu contemporâneo, todavia, não nos parece ter sido caloroso o acolhimento dado à obra (24). O exacerbado nativismo dos primeiros tempos de independência não via com bons olhos um estrangeiro — e protestante, além do mais — que se ocupava de nossa história. E o mesmo nativismo, por outro lado, achava-se muito mais à vontade seguindo uma linha não muito distante dos entusiasmos de Rocha Pita. Isto é o que nos revela, principalmente, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1839. O ilustrativo discurso de seu primeiro secretário perpétuo, Januário da Cunha Barbosa, desmancha-se em alusões à

“tão feliz quanto prodigiosa descoberta” do Brasil, terra admirável pelas “riquezas de suas minas e matas, pelos produtos de seus campos e serras, pela grandeza de

(23). — R. A. Humphreys, *Latin American History. A guide to the literature in English*, pág. 65. O julgamento de Oliveira Lima condensa-se nas seguintes palavras: “...a mais conscienciosa, detalhada e exata antes da de Varnhagen, a mais literária, formosa e cativante, mesmo depois da de Varnhagen” (art. cit., pág. 233). Quanto a Varnhagen, assim se expressou: “Não diremos que fez uma obra completa: êle mesmo reconheceu que não, quando, em dezembro de 1821, dizia avaliar quanto a mesma História do Brasil poderia ser acrescentada por alguém que viesse a compulsar os arquivos em Lisboa; mas fez quanto pôde, e ninguém naquela época faria melhor” (in RIHGB, tomo VI, pág. 63). Na Inglaterra, não foi de todo favorável a acolhida ao seu trabalho, considerado por um crítico como “the most unreadable production of our time. Two or three elephant folios about a single Portuguese colony! Every little colonel, captain, bishop, friar discussed at as much length as if they were so many Cromwells or Loyolas” (*Blackwood's Edinburgh Magazine*. Fev. 1824, ap. C. R. Boxer, *The Dutch in Brazil*, págs. VII-VIII).

(24). — Isto a despeito de sua inclusão como membro honorário do Instituto Histórico. Sua morte foi lembrada por Manuel de Araújo Porto Alegre, no discurso de praxe, relativo aos mortos do ano (cf. RIHGB, supl. ao tomo VI, págs. 40-41).

seus rios e baías, variedade e pompa de seus vegetais, abundância e preciosidade de seus frutos, pasmosa novidade de seus animais e, finalmente, pela constante benignidade de um clima, que faz fecundos os engenhos de nossos patricios como o solo abençoado que o habitam”; por conseguinte, continua o orador, “acharemos sempre um tesouro inesgotável de honrosa recordação e de interessantes idéias, que se deve manifestar ao mundo em sua verdadeira luz” (25).

Louvores à terra, mas também aos homens, como nos certificamos logo adiante:

“no período de pouco mais de três séculos, não terão aparecido, neste fértil continente, varões preclaros por diferentes qualidades, que mereçam cuidados do circunspeto historiador e que se possam oferecer às nascentes gerações como tipos das grandes virtudes?”

Desembocamos, por fim, numa clara demonstração de mau humor, diante do que se apresentava sob a forma de uma verdadeira intromissão estrangeira no aproveitamento dos tesouros nacionais, com as seguintes palavras:

“E deixaremos sempre ao gênio empreendedor dos estrangeiros o escrever nossa história, sem aquêle acêrto que melhor pode conseguir um escritor nacional?... A nossa História abunda de modelos de virtudes; mas um grande número de feitos gloriosos morrem ou dormem na obscuridade, sem proveito das gerações subseqüentes. O Brasil, posto que em circunstâncias não semelhantes às da França, pode contudo apresentar pela História, ao estudo e emulação de seus filhos, uma longa série de varões distintos por seu saber e brilhantes qualidades. Só tem faltado quem os apresentasse em bem ordenada galeria, collocando-os segundo os tempos e lugares, para que sejam melhor percebidos pelos que anelam seguir seus passos nos caminhos da honra e da glória nacional...” (26).

A referência expressa, que em seguida se faz, ao nome de Rocha Pita, não nos permite qualquer dúvida acêrca do principal modêlo em que se abeberava o orador. Ajustava-se o autor da **História da América portuguesa** às tendências nativis-

(25). — RIHGB, tomo I, pág. 13.

(26). — Idem, idem, págs. 18-19.

tas, pondo-se de parte, assim, sua posição anti-separatista, incondicional partidário que era da ligação da colônia a Portugal (27).

No segundo número da **Revista do Instituto Histórico** a mesma tecla é batida pelo presidente, Visconde de São Leopoldo, no Programa Histórico proposto aos membros da associação. Os arroubos, então, impelem-no, inclusive, a um flagrante desrespeito pela geografia, dando-nos a impressão de esboçar um quadro imaginário, acentuando-se a falta de contacto com o plano concreto. Veja-se, por exemplo, o seguinte:

“...Brasil, debaixo de céu benigno e ameno;... aqui tudo ri ou assusta; tanta variedade de vistas e sensações desperta e interrompe tediosa monotonia. Colocado o Brasil no ponto geográfico o mais vantajoso para o comércio do universo, com portos boníssimos sôbre o Oceano, grandes lagos, ou mais antes, mediterrâneos;... tudo, enfim, pressagia que o Brasil é destinado a ser, não acidentalmente, mas de necessidade, um centro de luzes e de civilização, e o árbitro da política do Novo Mundo” (28).

Longe nos levaria um exame da linha nativista ao longo da **Revista do Instituto Histórico**, órgão do nosso principal centro de estudos de história durante quase um século, até a instituição de Faculdades de Filosofia no país. Suficiente será, acreditamos, destacarmos alguns traços desta importantíssima tendência do mundo intelectual brasileiro, ou melhor, dêste elemento sem o qual é praticamente impossível delinear-mos algo merecedor do nome de mentalidade brasileira. Chama-nos a atenção, antes de tudo, e paradoxalmente, o esforço de parentesco com a Europa, através da França. A extraordinária simpatia por esta nação, já no século XVIII, denunciada por Santa Rita Durão (29), assumira proporções novas com o movimento pela independência, fatalmente inclinado a buscar fontes de inspiração nos princípios liberais emanados da Revolução Francesa. No campo da história, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico ocorreu precisamente quando floresciam na França os historiadores românticos, empolgados pelas idéias de liberdade, de exaltação à nacionalidade, cujas origens últimas procuravam reconstituir em suas obras. Mencio-

(27). — Cf. Capistrano de Abreu, ap. Sílvia Romero, op. cit., II, pág. 65: “...a idéia da independência não lhe sorria; quando tratava de qualquer sintoma separatista, a sua simpatia nunca estava com os brasileiros”.

(28). — RIHGB, tomo I, n.º 2, pág. 77.

(29). — “Tome o Brasil a França por madrinha”. Cf. Sílvia Romero, op. cit., II, pág. 91.

ne-se, apenas, o caso de Augustin Thierry, com seus **Récits des temps mérovingiens**, publicados já entre 1833-1837 na **Revue des Deux Mondes** e reunidos em volume no ano 1840. Ora, no Prefácio, talvez na sua passagem mais conhecida, Thierry nos dá conta de seu arrebatamento pelos episódios de guerra dos francos, através das páginas de Chateaubriand (30), pondo-nos frente a frente com o entusiasmo romântico pelo bárbaro, pelo rude, mas também pelo puro. No Brasil, por sua vez, o anti-lusitanismo, desencadeado de maneira compreensível pela independência, recorria à exaltação do indígena, como o legítimo, o verdadeiro ancestral da nacionalidade (31). O fenômeno não era novo, pois já no século XVII Gregório de Matos pudera escarnecer dos que se vangloriavam de antepassados aborígenes (32). Fácil seria, pois, o encontrarmos da corrente indianista com os reflexos do romantismo francês, especialmente quando à história competia a missão de colaborar para uma clara definição do sentimento nacional; a todo momento, na coleção da **Revista do Instituto Histórico**, deparamos com dissertações relativas aos indígenas; sua simples frequência, quando mais não fôsse, constituir-se-ia num fato digno de atento exame.

A preocupação nacional, também, transparece no pragmatismo, tantas e tantas vêzes enunciado na intenção de buscar na história modelos para as novas gerações. E' inevitável vermos aí o prestígio que cercava os autores da Antigüidade clássica, através de uma educação em que tão grande era seu papel; a lembrança de Plutarco está viva na série de Biografias dos brasileiros distintos por armas, letras, virtudes, etc., publicadas regularmente pela **Revista do Instituto**. Rocha Pita, naturalmente, vai encontrar aí o seu lugar, biografado que foi por J. M. Pereira da Silva. Sua **História da América portuguesa** é considerada,

“não só para aquela época, ainda pobre de obras históricas, senão também para a nossa, que possui maior abundância de materiais acerca do Brasil”, como “obra muito preciosa e muito necessária para todos os brasileiros, que quiserem saber a História de seu país”.

(30). — No discurso de Cunha Barbosa, aliás, faz-se referência a outro historiador romântico francês: Barante.

(31). — E' clara a posição pró-indígenas e contra os colonizadores. Cr. *Dissertação histórica, etnográfica e política pelo coronel Inácio Acioli de Cerqueira e Silva*, in RIHGB, tomo XII, pág. 233: “O coração estremece de horror ao rememorar os atos de canibalismo empregados contra os indígenas...”.

(32). — Cf. Silvio Romero, *ob. cit.*, II, págs. 47-48.

Entre seus defeitos, contudo, não deixa Pereira da Silva de apontar, muito significativamente, a pouca atenção concedida às tribos indígenas (33). Rememorando, portanto, a vida e a obra do patrono por excelência do nativismo, insistia-se ainda na nota indianista. O pragmatismolouvaminheiro, expressando-se no louvor dos vultos do passado a título de exemplos, teve longa vida na mentalidade dominante entre os membros do Instituto, como se depreende da seguinte passagem, escrita já no século XX:

“Um século é já decorrido, depois que o Brasil revelou à metrópole e à Europa a opulência de sua cultura com a pujança que era já prenúncio de sua independência. Abriu-se o século XX para nossa pátria com uma página de glória escrita, pelo nosso patricio Santos Dumont, conquistando para a ciência o domínio dos ares. Desta alta culminância, lançando um olhar retrospectivo sôbre o passado, vejamos o que foram os nossos compatriotas ao abrir-se o século XIX. Dêste estudo tão digno da majestade da História, resulta um ensinamento proficuo às novas gerações e um estímulo para se repetir no futuro o que tão nobremente os nossos maiores realizaram no passado” (34).

Além de suas intenções de ordem patriótica, duas outras facetas — ao menos — caracterizavam o grupo de fundadores do Instituto Histórico: a preocupação com uma nova maneira de apresentar-se a história e a consciência da necessidade da busca de documentos, o cuidado com a pesquisa, enfim. A primeira delas tem sua mais clara expressão na amiudada referência à chamada **História filosófica**, a começar pelo próprio discurso de Cunha Barbosa (35). Acreditamos poder discernir-se, aqui, novo reflexo do contacto com a cultura francesa, pois provavelmente esta “História filosófica” fôsse buscada em Chateaubriand, que entendia por isto a exclusão do papel da Providência nos acontecimentos, para os quais deveriam ser procuradas causas naturais e humanas (36). Enfaticamente, exige-se uma estrita imparcialidade, a fim de que tal história possa ser realmente praticada, como se vê:

(33). — Cf. RIHGB, tomo XII, pág. 273.

(34). — Barão Homem de Melo, *O Brasil intelectual em 1801*, in RIHGB, tomo LXIV, I, 1901, pág. 1.

(35). — Entre os objetivos do Instituto: “...as coadjuvações de muitos brasileiros... para que sirvam de membros ao corpo de uma História geral e filosófica do Brasil”.

(36). — G. Lefebvre, *Notions d'histoire moderne*, CDU, págs. 123-124.

“O circumspecto gênio do historiador, sentando-se sobre a tumba do homem, que aí termina suas fadigas, despreza argumentos de partido e conselhos de lisonja, portandose, em seus juízos, como austero sacerdote da verdade”.

Tudo isto, porém, sem prejuízo da colaboração patriótica e do pragmatismo, uma vez que

“o amor da glória nacional nos levará a depurá-la (à História) das inexatidões... E não oferecerá uma história verídica de nosso país estas lições, que tão proficuas podem ser aos cidadãos brasileiros no desempenho de seus importantes deveres?” (37).

Quanto aos documentos, constituem-se êles, mesmo, no objetivo principal do Instituto, como inferimos da própria proposta de fundação, assinada por Raimundo José da Cunha Matos e pelo cônego Januário da Cunha Barbosa. Ei-la:

“1 — ...membros do conselho administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, conhecendo a falta de um Instituto Histórico e Geográfico nesta Côrte, que principalmente se ocupe em centralizar imensos documentos preciosos, ora espalhados pelas províncias, e que podem servir à história e geografia do Império, tão difficil por falta de um tomo ou prontuário de que se possam aproveitar nossos escritores...; 2 — O fim dêste Instituto será, além dos que fôrem marcados pelos seus regulamentos, coligir e metodizar os documentos históricos e geográficos interessantes à história do Brasil”.

O item 9 constitui-se numa prova, não só do sentimento de uma certa afinidade com a França (38), mas também da consciência da importância das instituições estrangeiras para melhor realização do objetivo colimado, segundo vemos:

“O Instituto abrirá correspondência com o Instituto Histórico de Paris, ao qual remeterá todos os documentos de sua instalação; e assim também com outros da mesma natureza em nações estrangeiras; e procurará ramificar-se nas províncias do Império, para melhor coligir os documentos necessários à história e geografia do Brasil”.

(37). — Cunha Barbosa, in RIHGB, tomo I, págs. 17-18.

(38). — Entre os membros honorários do Instituto, além de várias outras personalidades francesas, encontrava-se o presidente do Instituto Histórico de Paris, conde Le Peletier D'Aunay; Cunha Matos e Cunha Barbosa, por sua vez, eram membros do Instituto parisiense.

O nativismo, assim, não implicava em xenofobia. O discurso de Cunha Barbosa, naturalmente, insiste na indispensável tarefa de pesquisa e organização de um fundo documental, devendo o Instituto

“concentrar documentos..., purificando dos erros e inexatidões que os mancham muitos impressos, tanto nacionais quanto estrangeiros” (39).

Ainda de sua lavra foi a **Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, para remeterem à sociedade central no Rio de Janeiro, na qual se punha em destaque o seguinte: 1). — Notícias biográficas, impressas ou manuscritas, dos brasileiros distintos por suas letras, virtudes, armas, serviços relevantes ou por qualquer outra qualidade notável; 2). — Cópia autênticas de documentos interessantíssimos... e extratos de notícias extraídas nas secretarias, arquivos e cartórios, tanto civis quanto eclesiásticos; 3). — Notícias sôbre os costumes dos índios, sua catequese e civilização; 4). — Descrições do comércio interno e externo da Província, sua indústria e literatura e outros dados gerais, até população e divisão por classes; 5). — Notícias de fatos extraordinários (40). No tocante à execução de planos relativos ao material existente no estrangeiro, requer-se do governo imperial um adido de legação para a cópia de documentos em Portugal e Espanha; outrossim, o relatório de 3 de novembro de 1839 afirmava contarmos com

“alguns dos mais distintos escritores do Velho Mundo que, tomando interêsse pelas coisas do Brasil, nos têm consagrado alguns rasgos de suas brilhantes penas, fazendo melhor conhecer na Europa as riquezas desta nossa terra...” (41).

Todo o empêno em organizar coleções de documentos-fontes colocava-se na linha de pesquisa histórica, tal como se estava orientando na Europa, especialmente na Alemanha. E um alemão, justamente, foi quem nos enviou uma famosa memória acêrca de como se deve escrever a história do Brasil, em resposta à solicitação do próprio Instituto, referente à melhor for-

(39). — Cf. Os Estatutos do Instituto Histórico, Art. 1.º

(40). — RIHGB, tomo I, 1, págs. 141-142.

(41). — Idem, idem, págs. 272-273.

ma de composição de uma História geral brasileira (42). Trabalhava-se de Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), o naturalista que, juntamente com von Spix, empreendera uma viagem pelo Brasil, de 1818 a 1820. Para Martius, o primeiro fato a merecer realmente atenção do historiador, no nosso caso, residiria na formação do povo, pois

“do encôntro, da mescla, das relações mútuas dessas três raças (a de côr de cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim a prêta ou etiópica), formou-se a atual população, cuja História, por isso mesmo, tem um cunho muito particular. Portanto devia ser um ponto capital para o historiador reflexivo mostrar como no desenvolvimento sucessivo do Brasil se acham estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento de três raças humanas, que nesse país são colocadas uma ao lado da outra”.

Cada uma destas raças é, então, considerada particularmente, indicando-se os rumos da pesquisa no sentido de fixar-se sua participação no desenrolar da História. Exigir-se-ia, no caso dos indígenas, o estudo da língua, de que se poderiam extrair fecundos ensinamentos,

“conduzindo a investigações etnográficas e compreendendo uma grande parte do Novo Mundo”.

Quanto aos portugueses, mereceria relêvo o sistema de milícias, importante por ter fortalecido e conservado o espírito aventureiro, repercutindo na extensão do domínio luso, e por favorecer

“o desenvolvimento de instituições municipais livres e de uma certa turbulência e até desenfreamento dos cidadãos capazes de pegar em armas em oposição às autoridades governativas e poderosas ordens religiosas”. Além do mais, “o período da descoberta e colonização primitiva do Brasil não pode ser compreendido, senão em seu nexos com as façanhas marítimas, comerciais e guerreiras dos portugueses, que de modo algum pode ser considerado como fato isolado na História dêste povo ativo, e que sua importância e relações com o resto da Europa está na mesma linha com as emprêsas dos portugueses”.

(42). — Cf. Suplemento ao tomo II, pág. 72. A memória de Martius encontra-se no tomo VI, págs. 381-403, tendo sido reeditada no tomo CXXIX, abril-junho de 1953, págs. 187-205.

O estudo dos costumes do século XV, bem como da legislação e do estado social de Portugal naquela época, do clero em geral, e particularmente das ordens religiosas, é também indispensável, com a agravante de nos levarem estas últimas até mesmo para fora da Península Ibérica, mediante a participação de jesuítas franceses e alemães em missões no Brasil. A Europa, no seu conjunto, é invocada, como se vê por êste parágrafo, dos mais interessantes de tôda a dissertação de Martius:

“Uma tarefa de sumo interêsse para o historiador pragmático do Brasil será mostrar como aí se estabeleceram e desenvolveram as ciências e artes como reflexo da vida européia. O historiador deve transportar-nos à casa do colono e cidadão brasileiro; êle deve mostrar-nos como viviam nos diversos séculos, tanto nas cidades como nos estabelecimentos rurais, como se formavam as relações do cidadão para com seus vizinhos, seus criados e escravos; e finalmente com os fregueses nas transações comerciais. Êle deve juntar-nos o estado da Igreja, a escola, levar-nos para o campo, às fazendas, roças, plantações e engenhos. Aqui deve apresentar quais os meios, segundo que sistemas, com que conhecimentos manejavam a economia rústica, lavoura e comércio colonial... Pertence à tarefa do historiador brasileiro ocupar-se especialmente com o progresso da poesia, retórica e tôdas as mais ciências em Portugal; mostrar a sua posição relativa às mesmas no resto da Europa, e apontar qual a influência que exerceram sobre a vida científica, moral e social dos habitantes do Brasil... Achará o historiador um atrativo variadissimo na narração das numerosas viagens de descobertas e excursões dos diferentes pontos do litoral para os desertos longinquos do interior (os sertões), empreendidas em procura de ouro e pedras preciosas, ou com o fim de cativar e levar como escravos os indígenas”.

O negro, ao qual Martius consigna bem menos observações do que às outras raças, deveria ser estudado na sua origem, no seu papel frente à colonização lusa na África, como escravo, influenciando no “desenvolvimento civil, moral e político” da população. Finalmente, sobre a forma que deve ter uma história do Brasil, embora reconhecendo-se o inestimável valor dos trabalhos até então publicados a respeito das províncias (43),

(43). — Entre os autores que podem ser aqui referidos, destacam-se: Pedro Taques de Almeida Paes Leme, Frei Gaspar da Madre de Deus, José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, Luís Gonçalves dos Santos, Baltasar da Silva Lisboa, José Feliciano Fernandes Pinheiro, Inácio Acioli de Cerqueira e Silva, Manuel Aires do Casal.

“não satisfazem ainda às exigências da verdadeira historiografia, porque se ressentem demais de certo espírito de crônicas; ...aqui se apresenta uma grande dificuldade em consequência da grande extensão do território brasileiro, da imensa variedade no que diz respeito à natureza que nos rodeia, aos costumes e usos e à composição da população de tão disparatados elementos”.

Recomenda Martius, com vistas a evitar-se o perigo de se comporem Histórias especiais de cada uma das províncias — e não uma História do Brasil — tratem-se

“conjuntamente aquelas porções do país que, por analogia de sua natureza física, pertençam umas às outras. Assim, por exemplo, converge a história das províncias de São Paulo, Minas, Goiás e Mato Grosso; a do Maranhão liga-se à do Pará”, etc.

O trabalho do naturalista alemão foi considerado como de nível superior às possibilidades do momento no Brasil, o que não impedia devesse ser tomado como base pelos futuros historiadores (44). Tal foi a admiração votada à memória, que acabou por despertar as críticas — e violentíssimas — de Sílvio Romero (45). Para este, praticamente nada de original haveria nas idéias de Martius, pois

“um estrangeiro, que nos visitou às carreiras, preocupado com coisas de Botânica e, no mais, nos desconhecia quase completamente”,

apenas teria, em grande parte, alinhavado um tecido de lugares-comuns acêrca de nossa história. Não cabe aqui a discussão do assunto. Mas negar-se o valor da dissertação em causa parece-nos uma atitude injustificavelmente extremada, quando levamos em conta as idéias dominantes no país em 1843; suficiente seria, para avaliarmos da diferença de nível, a comparação do trabalho do cientista com o de Júlio de Wallestein, também concorrente ao prêmio oferecido pelo Instituto para a melhor proposta relativa ao assunto que então o preocupava (46).

Tivemos, desta forma, entre 1810 e 1843, um primeiro modelo de História do Brasil em moldes ainda hoje dignos de nota, com Robert Southey; a fundação de um organismo patrocini-

(44). — RIHGB, tomo IX, pág. 279.

(45). — História da Literatura brasileira, 3a. ed., V, págs. 133-162.

(46). — RIHGB, tomo XLV, I, pág. 49 ss.: “O plano que parece mais acertado, de se escrever a história do Brasil, é seguramente o mesmo que seguiram Tito-Lívio, João de Barros e Diogo do Couto, isto é, pelo sistema das décadas, narrando-se os fatos acontecidos dentro de períodos certos...”.

nador da pesquisa de documentos; e uma orientação para os historiadores do futuro. Dada a importância assumida pela pesquisa, objeto de cuidado permanente no campo da história, vejamos como se desenvolveu ela, entre nós, no século XIX, até Capistrano de Abreu (47).

O Instituto Histórico prosseguiu incessantemente suas atividades, deixando-nos, em sua **Revista**, um excelente e multi-forme repositório de dados para o estudo do passado brasileiro, inestimável, sobretudo, para a história das idéias no século XIX. Incentivando, por todos os meios ao seu alcance, a busca de documentos, lançava êle, ao mesmo tempo, temas a serem desenvolvidos e discutidos pelos associados, tais como:

“determinarem-se as verdadeiras épocas da História do Brasil e se esta se deve dividir em Antiga e Moderna, ou quais devem ser suas divisões (48);

qual a influência que sôbre a civilização do país têm exercido os diversos membros do Instituto falecidos, que por sua ilustração foram considerados pelo público (49), etc. À semelhança do que acontecera na capital do Império, também nas províncias formaram-se Institutos, mas nem sempre em condições de levar a cabo os empreendimentos estipulados em seus programas. Destacaram-se o Instituto Histórico e Geográfico do Ceará e o Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, em cuja **Revista** Raposo de Almeida se propunha seguir, para o seu Estado, as diretrizes lançadas no Rio de Janeiro por Cunha Barbosa. Relacionadas com o Instituto Histórico, verificaram-se também pesquisas de caráter particular, em que se ilustraram nomes como Meneses Vasconcelos de Drummond e Francisco Adolpho de Varnhagen. O primeiro, na sua qualidade de diplomata, pôde rebuscar em vários países europeus grande número de documentos, impressos ou manuscritos (50), que foram doados ao Instituto Histórico ou, então, ao seu discípulo Melo Moraes, êle próprio conhecido como pesquisador, especialmente no âmbito do Arquivo Nacional e do Arquivo da Secretaria do Império. Varnhagen, de seu lado, já atraíra a atenção de Vasconcelos Drummond, que nele reconhecera talento e inulgar capacidade de trabalho. Em 1840 doara ao Instituto ma-

(47). — Para êste apanhado da pesquisa durante o século XIX apoiamo-nos em José Honório Rodrigues, *A Pesquisa Histórica no Brasil*, Rio de Janeiro, 1952. Veja-se, também, Virgílio Correia Filho, *Missões brasileiras nos arquivos europeus*, in *RIHGB*, tomo 213, out.-dez., 1951, págs. 133-175.

(48). — *RIHGB*, tomo I, pág. 57.

(49). — *RIHGB*, tomo XII, pág. 280.

(50). — Cf. *RIHGB*, tomo XXXVII, 2a. parte, págs. 424-431.

nuscritos copiados em Portugal; dedicara-se, em seguida, a pesquisas em São Paulo, ocasião em que afirmou sua convicção de se encontrarem nas cartas dos jesuítas os melhores documentos para as primeiras épocas da história do Brasil (51). Sua nomeação para o cargo de adido de primeira classe em Lisboa (1842) proporcionou-lhe a oportunidade de coligir, coordenar e analisar documentos, agora no exercício de uma função pública, tarefa a que se consagrou até 1846. Uma carta sua, dirigida ao secretário do Instituto Histórico, em 1843, nos dá uma idéia dos resultados de seu trabalho, como se vê:

“...ainda que minhas averiguações hoje sejam relativas às épocas mais remotas, não me descuido de diligenciar e obter cópias do que é importante ainda mais moderno. Assim vou reunindo e colecionando as informações que por ordem da Côte davam por escrito, no princípio do século passado, os nossos sertanejos que descobriram as Minas Gerais, o Cuiabá e Mato Grosso” (52).

Em 1847, transferido para a Espanha, prossegue em suas atividades, percorrendo os principais arquivos do país, particularmente o de Simancas; buscava êle, com isto, material referente aos problemas de limites com as antigas colônias espanholas. Até 1851, ano em que regressou ao Brasil, foi-lhe dado, ainda, pesquisar em arquivos holandeses (52a), aumentando o acervo de fontes destinadas a serem aproveitadas para a **História Geral do Brasil**. Uma segunda permanência na Europa, de 1851 a 1858, sempre no serviço diplomático, é seguida pela transferência para o Paraguai, o que dá margem a novas diretrizes na sua função de pesquisador, agora no campo da América espanhola. De volta à Europa, em 1868, é no centro do continente, em Viena, que se abrem novos arquivos a Varnhagen; até 1876, numerosas foram as viagens motivadas pela sua ânsia de rebuscar, muito embora Portugal sempre o atraísse, estando em Lisboa o centro preferido de seus estudos e publicações (53).

No território nacional, patrocinou o Instituto uma série de pesquisas, avultando, em São Paulo, os nomes de Machado de

(51). — RIHGB, tomo II, pág. 526, ap. José Honório Rodrigues, *op. cit.*, pág. 40.

(52). — RIHGB, tomo V, págs. 94-97, ap. José Honório Rodrigues, *op. cit.*, pág. 43.

(52a). — H. Waetjen duvida de tais pesquisas: “Por um lado tinha êle ao seu dispor os resultados das investigações de Netscher; por outro, podia se apoiar sobre as cópias dos documentos holandeses de Caetano da Silva. Isto poupou-lhe o incômodo de empreender pesquisas próprias em Haia” (*O Domínio colonial holandês no Brasil*, 1938, pág. 42).

(53). — José Honório Rodrigues, *op. cit.*, pág. 50. Cf. Varnhagen, *História Geral do Brasil*, 3a. ed., I, pág. X.

Oliveira e de Pereira Pinto. As províncias do norte foram exploradas por Gonçalves Dias (54), em virtude de missão a êle confiada diretamente pelo govêrno Imperial; não teria sido animador o resultado de seus trabalhos, a julgar-se pelas palavras de J. Honório Rodrigues:

“Desta investigação... verifica-se o estado de abandono em que se encontravam aquêles depósitos, o desamor pelos papéis históricos, sua paulatina destruição, muitas vêzes consciente, e também que o nosso poeta não era talvez a pessoa realmente indicada para uma tarefa desta natureza. Uma total incompreensão sôbre o exato sentido de um inquérito e exame dos arquivos estaduais determinava a remessa do material para o Arquivo Nacional, com prejuizo dos estudos locais, que ficavam sem as indispensáveis fontes primordiais” (55).

Não de todo satisfatória, ainda, foi a estada do poeta na Europa, com o fim de buscar documentos, até sua substituição por João Francisco Lisboa. Êste, de seu lado, tratou logo de por-se em contacto com Varnhagen, junto a quem esperava encontrar uma orientação proveitosa e sadia; foi o que o levou a dedicar-se à exploração do Arquivo do Conselho Ultramarino (56). Sempre na Europa, especialmente na França e na Holanda, tiveram destacada atuação Joaquim Caetano da Silva (57), a quem se deve uma riquíssima coleção de documentos para o estudo dos holandeses no Brasil e o sólido estudo *L'Oyapock et l'Amazonie*, de J. Franklin Massena, que se concentrou nos arquivos da Companhia de Jesus em Roma. O empêno do govêrno Imperial no vasculhamento dos arquivos europeus motivou uma segunda missão de Gonçalves Dias, em 1863-1864, e a missão Ramiz Galvão, em 1873, da qual resultou a reforma da Biblioteca Nacional, a descoberta de novas fontes e a publicação

“dos melhores instrumentos de pesquisa, bibliografias e catálogos” (58).

Sob o patrocínio do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, José H. Duarte Pereira empreendeu impor-

(54). — RIHGB, tomo XVI, págs. 370-384, ap. José Honório Rodrigues, op. cit., pág. 56.

(55). — José Honório Rodrigues, op. cit., pág. 63.

(56). — Cf. carta a A. H. Leal (12-IV-1857), ap. José Honório Rodrigues, pág. 82.

(57). — “...homem mais erudito que o Brasil tem dado, Joaquim Caetano da Silva...” (C. de Abreu, *Ensaio e Estudos*, I, pág. 198).

(58). — José Honório Rodrigues, op. cit., pág. 97.

tante investigação na Holanda (1885-1886) e no Museu Britânico, e F. A. Pereira da Costa examinou os arquivos públicos de Olinda (1892). Chegamos, com isto, aos fins do século XIX, época em que, no panorama da historiografia brasileira, já principiava a repercutir profundamente o nome de Capistrano de Abreu.

Passando-se aos mais importantes historiadores da mesma fase, encontramos em Varnhagen o principal dentre todos, com sua **História Geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal**. Filho de pai alemão, formado na atmosfera da cultura européia e — por outro lado — apegado ao Brasil, dispunha êle de uma posição privilegiada para marcar época em nossa historiografia, levando-se em conta sua vocação (59) e seus excepcionais dotes de pesquisador, como acabamos de ver. Deveras, defrontamos em sua obra (cuja primeira edição data de 1854-1857), com sérios indícios de um pensamento orientado segundo linhas bem diversas das que marcavam a mentalidade do Instituto Histórico e que, aliás, continuavam a ser amplamente aceitas nas esferas intelectuais do país. Há uma notável restrição às tendências nativistas, fazendo o autor votos para que os leitores descubram em sua obra,

“através da ostentação de uma tolerância civilizadora, os sentimentos de patriotismo nobre e elevado...; não de outro lamentável patriotismo cifrado apenas na absurda ostentação de vil e rancoroso ódio a tudo quanto é estrangeiro!” (60).

A exaltação do indígena, verdadeiro corolário nativista, não era compartilhada por Varnhagen, o que lhe valeu uma série de dissabores, vislumbrados por trás das “piedosas lágrimas”, mencionadas no fim do Prefácio à 1a. edição (61). A consciência de espicaçar melindres ao encarar os indígenas de forma não louvaminheira reconhecia-se, ao ler-se o seguinte:

“Pelo que respeita a quanto dissemos dos colonizadores e dos colonos africanos, cremos que em geral apenas haverá discordância de opiniões. Outro tanto não su-

(59). — Cf. Varnhagen, *História Geral do Brasil*, 3a. ed., I, pág. XIX. A mais volumosa obra de que temos notícia, a respeito de Varnhagen, é a de Clado Ribeiro Lessa, *Vida e obra de Varnhagen*, in *RIHGB*, tomos 223 (abr.-jun. 1954), págs. 82-297; 224 (jul.-set. 1954), págs. 109-315; 225 (out.-dez. 1954), págs. 120-293; 226 (jan.-mar. 1955), págs. 3-168; e 277 (abr.-jun. 1955), págs. 85-236.

(60). — Varnhagen, *op. cit.*, I, pág. XXII.

(61). — Cf., ainda, Varnhagen, *op. cit.*, I, pág. XVIII.

cede, porém, respectivamente aos índios, filosófica e profundamente pouco estudados, e que não falta quem seja devoto que se devem de todo reabilitar, por motivos cujas vantagens de moralidade, de justiça ou de conveniência social desconhecemos — nós que como historiadores sacrificamos tudo às convicções da consciência, e estamos persuadidos de que, se, por figurada idéia de brasileiro, os quiséssemos indevidamente exaltar, concluiríamos por ser injustos com êles, com os colonizadores, com a humanidade em geral, que tôda constitui uma só raça, e portanto com a nação atual brasileira, a que nos gloriamos de pertencer” (62).

Isto, bem entendido, nem de longe significa haver êle menosprezado a participação do índio na história brasileira, como se desprende do Prólogo à 2a. edição:

“A êstes e outros muitos mais fatos inéditos, apurados exclusivamente pelo critério histórico, primam, porém, os que respeitam à etnografia e antropologia tupi, de cujas línguas procuramos popularizar entre nós o estudo, levando a cabo a custosa reimpressão da gramática e dos valiosos dicionários do Padre Montoya. Foi a melhor resposta que podíamos dar aos que levemente nos acusam de prevenção contra os antigos habitantes desta região...; esquecendo-se, em tais acusações, de que em 1840 sustentávamos a necessidade do estudo e ensino das línguas da terra a que já nos votávamos; de que em 1849 propúnhamos que se pedissem das Províncias certas informações acêrca dos índios; de que conseguimos a criação no Instituto do Rio da secção de etnografia, que nele existe; e finalmente, de que fôra neste campo que mais importantes investigações havíamos tido a fortuna de apresentar acêrca da história pátria” (63).

Não nos sentimos muito longe de Southey, ao vermos lançar-se a condenação aos

“ferozes assassinos de nosso primeiro bispo, aos bárbaros aquilombados, aos ferozes Mascates”,

não havendo qualquer recuo pseudo-patriótico diante do que se considerava digno de repúdio, pois

(62). — Idem, idem, pág. XXI.

(63). — Idem, idem, pág. XIV. Exemplos de estudos sôbre indígenas, in RIHGB, tomo III, págs. 53, 61, 138; tomo XII, pág. 366; tomo XXI, pág. 431.

“se houvésemos querido seguir cômodamente as pisadas de alguns, que, nos pontos mais difíceis e melindrosos, em vez de os estudar e submeter à discussão pública, procuram eximir-se de dar o seu parecer, mui fácil nos houvera sido narrar de modo que, se não contentasse a todos, pelo menos não descontentasse a nenhum, como às vêzes, hoje em dia, fazem certos políticos” (64).

O reflexo de Martius, por sua vez, parece claro, por exemplo, através de uma passagem como a seguinte:

“Insistimos, porém, mais do que nenhum dos que nos precederam em trabalhos idênticos, na verdadeira apreciação comparativa do grau de civilização dos colonizadores, do de barbárie dos colonos escravos trazidos impiamente da África, e do de selvajaria dos povos, últimos invasores nômades, que ocupavam em geral o território que hoje chamamos Brasil” (64a).

Em todo o trabalho, porém, transparece a relação entre os dois autores, levando Capistrano de Abreu à afirmação pura e simples de que,

“com o plano de Martius, Varnhagen atirou-se francamente ao estudo” (65).

O influxo da crítica histórica, então em plena voga na Europa, é marcante na História Geral do Brasil; Varnhagen não hesita, assim, em contrapor-se expressamente a tudo quanto lembrasse a tendência de Rocha Pita, cuja obra era considerada

“omissa em fatos essenciais, destituída de critério, e alheia a intenções elevadas de formar ou de melhorar o espírito público nacional” (66).

Os fundamentos geográficos da História do Brasil, aos quais talvez não seja estranho o bafejar das idéias de K. Ritter, são bem diversos do que até então se apresentara. A terra era hostil, difícil a sua penetração (67), dura foi a luta dos colonos com o gentio, em matas virgens de aspecto sombrio,

(64). — História Geral do Brasil, 3a. ed., pág. XXI; cf. I, pág. 54, após tratar dos indígenas: A pintura que fizemos destas gentes... bem pouco lisonjeira é na verdade”. Acêrca de Varnhagen frente a Southey, cf. Capistrano de Abreu, Ensaio e Estudos, I, págs. 213-215.

(64a). — Idem, idem, págs. XX-XXI.

(65). — Ensaio e Estudos, I, pág. 196.

(66). — História Geral do Brasil, 3a. ed., I, pág. XII.

(67). — Idem, idem, pág. IX.

“ante o qual o homem se contrista, sentindo que o coração se lhe aperta, como no meio dos mares, ante a imensidade do oceano” (68).

Heroísmo, também, não é coisa a ser posta em destaque, como se vê:

“...cumpre repetir aqui... que o amor à verdade nos obrigará mais de uma vez a combater certas crenças ou ilusões, que já nos havíamos acostumado a respeitar. Aos que lamentem o ver dissipadas algumas dessas ilusões de apregoados heroísmos, rogamos que creiam que os haveremos precedido nessas jeremiadas; e pedimos se resignem ante a verdade dos fatos...” (69).

A verdade, assim, os fatos, tal como realmente aconteceram, segundo a diretriz de Ranke, no qual é impossível aqui deixarmos de pensar.

Enorme foi o número de trabalhos deixados por Varnhagen (70), destacando-se, entre os estritamente históricos, a **História das lutas contra os holandeses** (1871) e a **História da Independência do Brasil**, não terminada, publicada na **Revista do Instituto Histórico** somente em 1917 (71).

Unânicos têm sido os críticos, ao considerá-lo o máximo expoente da historiografia brasileira no século XIX. Sílvio Romero louva sua erudição séria, o estudo direto dos documentos nos arquivos, bibliotecas e cartórios, bem como sua capacidade de superar a fase das pequenas monografias, lançando-se aos amplos trabalhos que lhe deram fama (72). Capistrano de Abreu, no necrológio publicado no **Jornal do Comércio**, acha

“difícil exagerar os serviços prestados pelo Visconde de Pôrto Seguro à História Nacional, assim como os esforços que fez para elevar-lhe o tipo” (73).

Não obstante, fazia-lhe várias restrições, próprias a todos quantos abram caminhos novos, em qualquer setor; a tal respeito, é útil lembrar-se que

(68). — Idem, idem, pág. 5.

(69). — Idem, idem, pág. XIII.

(70). — Cf. Sílvio Romero, **História da Literatura Brasileira**, 3a. ed., V, págs. 164-166.

(71). — Reeditada em 1940, na mesma Revista.

(72). — **História da Literatura Brasileira**, 3a. ed., V, págs. 163-164.

(73). — **Ensaio e Estudos**, I, pág. 136.

“Varnhagen foi a primeira pessoa que escreveu a História do século XVIII. E’ o mesmo que dizer que o seu trabalho deixa muito a desejar” (74) e que “cada século exige qualidades especiais em quem os estuda” (75). Sejam quais fôrem os defeitos de sua obra, “é preciso reconhecer nele o mestre” (76).

Com Varnhagen, inegavelmente, notava-se uma mudança no panorama historiográfico do país, não deixando de merecer menção o apôio a êle sempre concedido pelo Instituto Histórico e pelo Imperador, apesar de sua posição contrária a tantos princípios divulgados pelo nativismo da época.

Sua figura assume ainda maiores proporções, quando o comparamos com o único historiador seu contemporâneo a pretender um lugar em nossas considerações relativas à história de âmbito nacional: J. M. Pereira da Silva. Caracterizado pela fecundidade, classificou êle mesmo seus trabalhos em históricos, literários, políticos e de fantasia (77); entre os primeiros avultam a **História da fundação do Império Brasileiro** (1864-1868), **Varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniais** (1858), **Segundo período do reinado de D. Pedro I** (1871), **História do Brasil de 1831 a 1840** (1879) e **Memórias de meu tempo** (1895-1896). O próprio Sílvio Romero, embora repelindo o desprezo com que se tem encarado sua obra, não se abalçou a procurar e indicar as qualidades que nela porventura se contivessem, limitando-se a transcrever o juízo de J. Nabuco — para o qual Pereira da Silva, em última análise, era um improvisador superficial (78) — e a recomendar cautela com os exageros. Já nos referimos à maneira como Pereira da Silva considerava a obra de Rocha Pita, fato passível de nos dar a medida de sua visão da história. A mesma biografia apresenta ainda um aspecto interessante, quando o autor procura traçar o seu ideal de historiador, ao qual,

“uma vez examinada e conhecida a verdade dos acontecimentos, ouvida a voz dos séculos passados, cumpre ainda narrar e descrever, e de par com a narração e a descrição julgar e analisar. A história é uma missão nobre e elevada, que aperfeiçoa a inteligência, purifica o espirito, esclarece a consciência e adorna o coração. A des-

(74). — Idem, idem, I, pág. 199.

(75). — Idem, idem, I, pág. 201.

(76). — Idem, idem, I, pág. 215.

(77). — Cf. Sílvio Romero, op. cit., V, pág. 177.

(78). — RIHGB, tomo LXI, 2a. parte, págs. 762-765. Cf. Capistrano de Abreu, Ensaio e Estudos, I, pág. 215.

criação e a moralização, a pintura e o juízo, a narração e o raciocínio, são elementos indispensáveis para traçar-se o grande quadro dos acontecimentos humanos, indagar-lhes as causas, descobrir-lhes os resultados, ligar a vida do indivíduo à vida da sociedade, reunir o homem à espécie, e formar assim essa grande lição, para que foi instituída a História” (79).

Não se furta êle a nos dar uma sùmula das escolas históricas, para concluir que

“a verdadeira e única escola histórica é a de Tácito e Tucídides; é a de Gibbon e de Niebuhr; é a da Maquiavel e de Mueller; é a de Plutarco e a de Thierry; é a de Políbio e de Lingard”;

mistura bastante heterogênea, em que todos êstes autores — supondo-se que Pereira da Silva os houvesse realmente lido — são reunidos sem que se saiba como e por que. Significativa, também, é a repulsa pela

“escola criada por Mignet, desenvolvida por Thiers e Armand Carrel” (...), “nascida das teorias da revolução francesa de 1789, pois ela estraga a vida, desmoraliza a consciência e perturba o espírito” (80).

Com facilidade saltam aos olhos os ressaibos do espírito louvaminheiro, já pelo simples título **Varões ilustres do Brasil**, dentre os quais, por exemplo, Alvarenga Peixoto lembra Petrarca e Metastásio, apresentando sua poesia

“o colorido de Rafael de Urbino, o sentimentalismo de Corrégio e alguma coisa de cândido e puro, como as composições de Murilo, ou de alegre e doce como a **Psyché** de Canova” (81).

De fato, isto nos aproxima bem mais de um Rocha Pita mesclado de um Théophile Gautier em seus momentos de mau gênio, do que do espírito crítico de Varnhagen ou das preocupações marcantes do movimento historiográfico europeu dos meados do século XIX.

(79). — RIHGE, tomo XII, pág. 266.

(80). — Idem, idem, págs. 264-265.

(81). — Ap. Ronald de Carvalho, *Pequena História da Literatura Brasileira*, 5a. ed., pág. 268.

Paralelamente à história nacional, desenvolveu-se a história local, cujo estudo — parece-nos — poderia ser fascinante, pelas conclusões a que conduzisse, no plano da formação da nacionalidade brasileira. Deveras, a intelectualidade das províncias estava em condições de proporcionar algo muito mais próximo do que houvesse, então, de mentalidade legitimamente brasileira, do que a de um centro como o Rio de Janeiro; esta cidade, bafejada por favores especiais, constituía-se num ambiente inapto a servir de base para avaliarmos da atmosfera dominante no Nordeste, no centro ou no extremo sul do país (82).

João Francisco Lisboa, que já vimos desempenhando importante papel na pesquisa de documentos, é uma das maiores expressões desta categoria de trabalhos. Seus **Apontamentos para a história do Maranhão** valeram-lhe o julgamento de ser um historiador

“em cujas páginas se sentem palpitar algumas das agitações da alma popular, algumas das pulsações do coração da nacionalidade”, pois “aqui e ali refere-se mais particularmente ao Estado do Maranhão e Grão-Pará, mas o que diz se aplica ao Brasil inteiro” (83).

Outro celebrado autor é Joaquim Felício dos Santos, ao qual se devem as **Memórias do Distrito Diamantino**, publicadas inicialmente no semanário **O Jequitinhonha**, em 1862 (84). Ao anunciar seu trabalho, assim se dirigia Felício dos Santos aos leitores:

“A história dos tempos coloniais do desgraçado povo que habitava êste torrão diamantino, sujeito a autoridades com poder absoluto, e regido por leis peculiares, formando, por assim dizer, uma colônia particular isolada no imenso território do Brasil, não deixará de ser interessante a todo brasileiro. Foi esta população, por isto mesmo que existia em um solo rico, a que mais suportou os vexames e exações do govêrno da Metrópole de ambição insaciável, que só procurou tirar todo proveito de nosso país, pouco lhe importando sua prosperidade senão era para enriquecer o Erário Régio. O que podemos afiançar aos nos-

(82). — Um exemplo da importância dos trabalhos de História local encontra-se no Prólogo de Capistrano de Abreu às *Notas sobre a Paraíba*, de I. Joffily, in *Ensaios e Estudos*, I, págs. 221 e ss.

(83). — Sílvio Romero, *op. cit.*, V, págs. 187 e 189.

(84). — Cf. Nazareth Menezes, *Joaquim Felício dos Santos e sua obra*, in *Memórias do Distrito Diamantino*, Rio de Janeiro, A. J. de Castilho, 1924, pág. XXIII.

— sos leitores é a veracidade dos fatos que vamos publicar: a sua prova encontrarão em documentos existentes na Secretaria da Administração Diamantina e quando recorrermos a tradições procuraremos o testemunho de pessoas fidedignas” (85).

Resultado de pesquisa escrupulosa, portanto, é o que se nos apresenta. Mas muito mais poderemos ainda inferir destas linhas: primeiramente, um acendrado liberalismo, confirmado na posição política do autor, decididamente republicano; em segundo lugar, o nacionalismo tão característico da época, refletido no libelo contra Portugal; e vislumbramos, talvez, uma noção da amplitude do campo histórico, com a afirmação do interesse de um assunto local para todo o país. Leitura agradabilíssima é o que temos aqui. Jamais se esquecerão as peripécias e os sofrimentos dos garimpeiros de contrabando, a vida social no Tijuco, a carreira do desembargador João Fernandes de Oliveira, ou a personalidade do intendente Manuel da Câmara Bittencourt. Menção especial é devida ao cuidado em relacionar a repulsa pelo domínio português com as idéias do iluminismo francês; penetravam estas com mais facilidade na região, não só em virtude das relações econômicas normais com a Metrópole, mas também por meio do contrabando, praticado ininterruptamente com países da Europa, Inglaterra e Holanda em particular. Foi assim que

“nossa pequena sociedade neste canto do mundo também logo se animou com o mesmo espírito de filosofia dos enciclopedistas; seus livros eram procurados com sofreguidão, e suas idéias de liberdade aceitas com tanto mais predileção, quanto mais tínhamos necessidade de vê-las realizadas” (86).

Ambos os autores, J. F. Lisboa e Felício dos Santos, ligaram seus nomes ao de Varnhagen, não deixando de ser útil para o nosso bosquejo a referência destas relações. O primeiro foi um dos que refutaram as idéias do visconde de Pôrto Seguro acêrca dos indígenas (87), levando-nos sempre à confirmação do prestígio do indianismo. O segundo põe às claras um dos defeitos da **História Geral do Brasil**, que consiste em, por vezes, moldar os acontecimentos segundo a vaidade do seu autor; assim é que, para dar a seu pai a glória de ter sido o primeiro

(85). — *Idem, idem*, pág. XXX.

(86). — *Memórias do Distrito Diamantino*, págs. 200-201.

(87). — Cf. *Silvio Romero, op. cit.*, V, pág. 193.

fundidor de ferro do país, Varnhagen subestima a fábrica de Pilar, da qual, já em 1815, saíam barras de ferro (88).

O fecundo Joaquim Norberto de Sousa Silva (1820-1891) merece, também, uma consideração particular, pelo seu trabalho relativo à conjuração mineira (88a), apresentado ao Instituto Histórico em fins de 1860. Southey fôra o primeiro a publicar uns tantos pormenores acêrca do assunto, e a inserção de seu capítulo na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico** testemunha do interêsse despertado por esta iniciativa (88b); baseara-se, porém, essencialmente na sentença condenatória. Coube a Joaquim Norberto utilizar-se dos autos da devassa da Inconfidência, renovando assim, completamente, o panorama do movimento mineiro.

Grande foi o número de estudos locais, como se verifica, não só pelas revistas das províncias, mas também pela própria **Revista do Instituto Histórico**. Sempre constituem-se êles em significativa fonte, quando não diretamente para os assuntos de que tratam, então — certamente — para pesquisas concernentes à mentalidade dominante nos dias de sua elaboração. O mesmo acontece, enfim, com qualquer outro ramo literário, em qualquer época ou país. Nunca poderemos esquecer, por exemplo, o muito que se pode buscar de história dos costumes, ou de história das idéias, além de subsídios para diversos outros ramos, na obra dos poetas românticos, de José de Alencar ou de Joaquim M. de Macedo e, sobretudo, nas **Memórias de um sargento de milícias**, de Manuel A. de Almeida (89). Por vêzes, mesmo, são êles fontes tanto mais importantes quanto, livres da preocupação consciente dos historiadores, assumem o aspecto de testemunhos espontâneos e fiéis. O jornalismo é outro importante setor a considerar-se, pois

“a liberdade de imprensa, mantida praticamente em todo o país, fêz dessa fonte de informação uma das mais abundantes contribuições para a história do Império” (90).

(88). — **Memórias do Distrito Diamantino**, págs. 272-282. Cf. Capistrano de Abreu, **Ensaio e Estudos**, I, pág. 212.

(88a). — **História da Conjuração Mineira**, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1948, 2 vols., Prefácio de Osvaldo Melo Braga.

(88b). — Tomo XII, pág. 550 ss.

(89). — Macedo, aliás, compôs trabalhos de História do Brasil (**Lição de História do Brasil, 1861; Efemérides da História do Brasil, 1877**), e foi 1.º secretário e orador do IHG.

(90). — Cf. Américo Jacobino Lacombe, **Brasil — Período Nacional**, México, 1956, pág. 104.

No exterior, continuou a ser representada a historiografia acêrca do Brasil, durante o século XIX. Na França, nomes como Ferdinand Denis (91) e D’Avezac (92) associaram-se ao de Varnhagen; na Inglaterra, John Armitage prosseguiu a obra de Southey, estendendo-a à independência e ao reinado de D. Pedro I (93); o alemão Louis Schneider foi autor de uma afamada **Guerra da tríplice aliança contra o governo da República do Paraguai** (Berlim, 1872-1875), publicada em edição brasileira com notas do Barão do Rio Branco (94). Heinrich Handelman, da Universidade de Kiel, publicou uma **História do Brasil** digna de nota por estar já em plena relação com o desenvolvimento da imigração alemã; “a salvação do Brasil”, lê-se aí,

“repousa na imigração unicamente espontânea de agricultores livres europeus” (95).

Muito animador, todavia, não parecia ser o ambiente brasileiro, aos olhos de Handelman, como verificamos pelas considerações finais de sua **História**. Sirvam de amostra as seguintes palavras:

“Portanto, em resumo, repetindo o que se disse até aqui: um acolhimento mais franco da parte dos brasileiros, mais tolerância no sentido político, religioso e nacional, seria agradável e necessário; o que restaria ainda a desejar no interesse da imigração, não é menos do interesse do próprio povo brasileiro” (96).

Um novo marco na nossa historiografia é plantado por Capistrano de Abreu; leva-nos êle, aliás, a voltar os olhos para o ambiente que condicionou os primeiros tempos de sua formação, e que é um cenário regional, animado por um bando de idéias novas a erguer-se de todos os lados do horizonte (97). Em 1870-1871, o desfêcho da guerra franco-prussiana abalara con-

(91). — Cf. *História Geral do Brasil*, 3a. ed., I, págs. XV e XVIII; RIHGB, tomo LIII, 2a. parte, págs. 474-477.

(92). — *Au tour de considérations géographiques sur l’histoire du Brésil*, Paris, 1857.

(93). — Cf. R. A. Humphreys, *Latin American History*, pág. 90: “...his information was generally exact and the high reputation which his history enjoys is well deserved”.

(94). — Cf. Karl H. Oberacker Jr., *Der deutsche Beitrag zum Aufbau der brasilianischen Nation*, onde há uma lista das contribuições alemãs para a historiografia brasileira no século XIX (págs. 313-315).

(95). — Publicação da RIHGB, tomo CVIII, 1931, pág. VII.

(96). — *Idem*, *idem*, pág. 996.

(97). — Cf. João Cruz Costa, *O desenvolvimento da filosofia no Brasil no século XIX e a evolução histórica nacional*, págs. 107 e ss.

sideravelmente o prestígio da cultura francesa, ao mesmo tempo que o fim da guerra do Paraguai punha a nú uma imensidão de pontos fracos na monarquia brasileira. A inquietude apoderou-se dos espíritos, que ansiavam por novas bases, por uma visão do mundo capaz de ajustar-se a condições completamente novas (98). E no Nordeste, especialmente em Recife, houve campo para o florescimento de um grupo aberto à cultura germânica, sobressaindo o nome de Tobias Barreto. Autores ingleses, também, passaram a ser mais conhecidos, mesmo porque alguns dos mais afamados dentre os intelectuais alemães — tal o caso de Haeckel — inspiravam-se em Darwin. Sílvio Romero invectivava o ambiente patricio, acusando-o de lamentável, vazio e dominado pelas banalidades; aspirava êle a tomar contacto com o verdadeiro Brasil, não com o falso, com o país da imitação dos sedícios lugares-comuns de origem francesa (99).

“Compreendeu êle a extenuação e morte inevitável do romantismo e lançou os germes de outra fórmula literária para a poesia, para o romance, para a arte em geral. Avaliou convenientemente a necessidade de rever tôda a velha base da estesia pátria e introduziu na crítica e na história brasileira o verdadeiro princípio etnográfico, até então falsificado pela mania do indianismo. Quis ser o homem de seu tempo, sem deixar de ser homem de seu país, e applicou as idéias novas europeias sempre a assuntos nacionais...” (100).

Crescia o prestígio alemão, Spencer ganhava novos admiradores, e tudo isto exigia uma outra maneira de encarar-se o passado. Ainda Sílvio Romero, ao pronunciar um discurso, como deputado provincial, voltava-se contra os métodos “atrasados e não científicos” dos historiadores brasileiros, para concluir, mais tarde, da seguinte maneira: depois de Mommsen e Buckle, somente uma imensurável ingenuidade justificaria um apêgo às maneiras de pensar de Michelet e Quinet.

Correspondendo a estas exigências, surgiu João Capistrano de Abreu. Nascido em Maranguape (Ceará), em 1852, dirigiu-se a Recife em 1869, com o fim de estudar Direito; lá estudou francês e inglês, procurou familiarizar-se com as idéias filosóficas então em voga na intelectualidade local, resolveu dedicar-se à história e abandonou os estudos jurídicos. Após algum tempo, encontrâmo-lo em Fortaleza, onde, à semelhança do Re-

(98). — Idem, idem, págs. 125 e ss.

(99). — Cf. Carlos Suesskind de Mendonça, *Sílvio Romero*, pág. 293.

(100). — Sílvio Romero, *História da Literatura Brasileira*, 3a. ed., V, pág. 259.

cife, os jovens intelectuais encontravam-se em estado de eferescência (101). O positivista Raimundo Antônio da Rocha Lima constituiu-se no centro de um grupo, cujos participantes denominavam-se, a si mesmos, Academia Francesa. Ora, o próprio Rocha Lima, antes de aderir ao Comtismo, percorrera trilhas diversas, mas sempre estudando com mais gosto a história, principalmente história religiosa, para o que recorrera a Burnouf, Maury, Quinet, Reuss e a estudos de filosofia (102); Vacherot, autor de **Science et Conscience**, fôra um de seus mentores, substituído depois por Taine, que o encaminhou para o reconhecimento da urgência de uma completa transformação de suas idéias.

“Nesta convicção veio confirmá-lo o estudo dos escritos de Buckle. Muitas idéias do pensador inglês repugnavam-lhe profundamente, como as que se referem à teoria das leis morais; porém a exposição da influência mesológica; a discussão do método introspectivo; a concepção da história científica, muito mais definida aqui do que em Taine; mil sugestões fecundas que pululam em tôda a obra, encontrando um terreno preparado, atuavam de maneira duradoura e fértil sôbre sua mentalidade” (103).

Em 1875 dispersou-se o grupo da Academia, encontrando-se Rocha Lima em plena fase positivista; indo para o Rio de Janeiro, em 1877, já principiava, contudo, a inclinar-se para Spencer.

“Achava admirável a classificação hierárquica das ciências, porém a de Spencer, sem lhe parecer menos perfeita, figurava-se-lhe talvez menos automórfica. Repugnava-lhe admitir a lei dos três estados, porque além de ser uma generalização empírica, nem se aplica a tôdas as sociedades, nem a todos os fenômenos de uma sociedade. Suspeitava que o pensador britânico, vindo depois da revolução operada na biologia pelo darwinismo, na psicologia pela teoria da associação, poderia elevar um monumento mais considerável que a filosofia positiva. Enfim, o que sobretudo o fascinava era essa concepção sintética do universo, que reduz tôdas as realidades a órgãos de uma função imensa — a Evolução — órgãos que apenas se

(101). — Cf. Capistrano de Abreu, *Ensaio e Estudos*, I, pág. 208.

(102). — Capistrano de Abreu, *Ensaio e Estudos*, I, págs. 114-115.

(103). — *Idem*, *idem*, pág. 116.

distinguem pelo seu maior ou menor grau de heterogeneidade, pela maior ou menor proporção em que são definidos ou indefinidos” (104).

Se nos detivemos na pessoa de Rocha Lima, é porque a julgamos azada a nos dar uma idéia das locuções do próprio Capistrano, que lhe votava ilimitada admiração, a ponto de confessar tomá-lo como exemplo (105). Taine, Buckle, Comte e Spencer foram também etapas marcantes na sua formação (106), além de autores alemães, então conhecidos através de traduções francesas (107). Já no Rio, em 1883, seus estudos permitem-lhe conquistar a cátedra de História do Brasil no Colégio Pedro II, graças a uma tese relativa ao descobrimento e desenvolvimento da região no século XVI (108); outros trabalhos revelavam-no como uma verdadeira novidade no campo da historiografia nacional. A partir daí permaneceu êle no Rio, dedicando-se exclusivamente às atividades intelectuais. Suas cartas, em tão boa hora editadas por J. Honório Rodrigues (109), mostram a saciedade a constante preocupação com a pesquisa histórica e o esforço de manter-se ao par do que de importante se publicasse na Europa. Com frequência surgem os nomes de autores europeus, notando-se particular cuidado com a bibliografia alemã. Sua predileção orientava-o para os especialistas em economia política, merecendo Schmoller (110) um destaque todo especial, ao lado de Buecher, cujos princípios — segundo Capistrano — tornavam-se habituais na interpretação de fatos históricos, em geral, com exceção dos concernentes à Antiguidade (111). Compreensivelmente, empenhava-se em conhecer tôdas as obras relativas à história da América e de Portugal (112), mas sua curiosidade abrangia tôda a história do Ocidente, pois ela, em última análise, deveria ser considerada pa-

(104). — Idem, idem, pág. 121.

(105). — Idem, idem, pág. 123.

(106). — Cômodo exemplo do resultado destas leituras, in *Ensaio e Estudos*, I, págs. 61-107, compostas quando Capistrano de Abreu tinha 21 anos de idade. Cf. as palavras de Araripe Júnior, ap. Castro Rebelo, *Capistrano de Abreu e a síntese histórica*, págs. 9-10.

(107). — Cf. A. Pinto do Carmo, *Bibliografia de Capistrano de Abreu*, pág. 22. Castro Rebelo, op. cit., págs. 13-14.

(108). — Cf. Sílvia Romero, *Lucros e Perdas*, n.º 2, julho de 1883: “A teoria spenceriana fornece a filosofia histórica do autor” (ap. A. Pinto do Carmo, op. cit., pág. 42).

(109) — *Correspondência de Capistrano de Abreu*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1954-1956, 3 vols.

(110). — Cf. *Correspondência de Capistrano de Abreu*, I, págs. 203, 204, 150.

(111). — Idem, II, págs. 220, 244, 290.

(112). — Idem, II, págs. 334, 369.

ra o estudo e a compreensão da História do Brasil (113). A psicologia, através das obras de Wundt, foi por êle tida como um elemento indispensável para o historiador; e a geografia ocupou notabilíssimo lugar em suas cogitações. Traduziu para o português (às vêzes com a colaboração de Vale Cabral), a pequena **Geographie** de Wappoeus, a **Allgemeine Geographie Brasiliens**, de Selin, e ainda um trabalho de Kirchoff sôbre a antropogeografia. Esteve atento aos princípios formulados por Ratzel, tomando-os como base para um artigo sôbre a história do Ceará (114). Como era de esperar-se, tem-se indagado em que medida Capistrano deixou-se influenciar pelos alemães. Para J. Honório Rodrigues, as relações com a cultura alemã agiram fundo nos seus métodos de trabalho e na sua concepção de história, como se vê:

“a metodologia alemã guiara-o no estudo rigoroso dos documentos; os conhecimentos geográficos e econômicos focalizavam a visão na estrutura real dos acontecimentos históricos; a psicologia de Wundt, início da psicologia experimental, fazia-o abandonar a vaga anatomia psicológica, impedindo-o de cair no factualismo pela compreensão da vida dos povos. Essas influências causam uma reviravolta no seu espirito num sentido realista. Agora sua concepção é o realismo histórico, dos teóricos alemães, e sua tarefa narrar o que realmente aconteceu” (115).

Outra é a opinião de Castro Rebelo, para o qual

“não parece possível assinalar-se em qualquer dos trabalhos de Capistrano, posteriores ao conhecimento direto que veio a travar com os historiadores alemães, quando os pôde ler no original, qualquer sinal indicativo de uma mudança na sua concepção de história” (116).

Acreditamos que seria mais conveniente, aqui, indicarem-se as dificuldades para a determinação das diferentes influências a que esteve submetido Capistrano. Antes de tudo, forçoso é levarmos em conta que tendências tais como a estrita verificação das fontes, ou a pesquisa das relações do homem com o meio, embora houvessem partido da Alemanha, já em fins do

(113). — Cf., por exemplo, *Correspondência*, I, pág. 203. Isto sem embargo do interesse também pela História não ocidental (cf. *Correspondência*, I, pág. 205).

(114). — Cf. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, pág. 219.

(115). — *Correspondência de Capistrano de Abreu*, I, pág. XLIV.

(116). — Castro Rebelo, *op. cit.*, pág. 15.

século XIX pertenciam ao domínio comum dos especialistas no Ocidente. Desde cedo Capistrano tivera conhecimento de obras francesas e inglêsas que podiam agir como intermediárias para os métodos de trabalho vigentes na Alemanha; tais métodos, assim, te-lo-iam atingido mesmo antes que êle dominasse a língua alemã. Além do mais, suas obras não se prestam a permitir uma avaliação do grau das influências; em sua maioria, não se publicaram em forma de volumes durante sua vida, mas sim esparsamente, como artigos, críticas, introduções a trabalhos de outros autores, etc. Significa isto a ausência do prefácio em seus livros, que, reunidos após sua morte, viram-se privados de uma explicação concernente às linhas mestras do autor ao compor o seu trabalho. Mesmo os **Capítulos de História Colonial**, cuja edição foi por êle dirigida, não apresentam um prefácio. Nestas condições, restam-nos suas cartas como fonte para pesquisarmos os elementos diretores de sua atividade de historiador. Trata-se, na verdade, de um valiosíssimo material, tanto para o estudo da vida e das idéias de Capistrano, quanto para a história do Brasil em sua época, pois êle jamais deixa de narrar e criticar os principais acontecimentos e personalidades contemporâneos. Estendem-se desde 1880 até 1927, data da morte de Capistrano, e sua leitura leva-nos a concluir, de fato, pela inexistência de qualquer preconceito de ordem cultural, ou de uma influência exclusiva de algum autor ou país em qualquer momento de sua vida. No que toca à atividade intelectual, jamais pecou pela unilateralidade. O que era decisivo para êle, pode ser fãcilmente inferido de palavras como as seguintes:

“A alma é um organismo: as diferentes faculdades coexistem na dependência. Para que a cultura seja completa é preciso que se cultivem tôdas as faculdades ao mesmo tempo” (117).

Quem assim se expressa, não poderia preferir autores alemães a todos os outros, pois inclinar-se-ia a abeberar-se em tôdas as obras dignas de consideração, fôssem elas alemãs ou não. À semelhança do que se verifica na alma, também os povos “coexistem na dependência”, mormente no que tange à cultura. Indiscutivelmente, porém, foi por reconhecer o respeito votado em todo o mundo à profundidade e ao valor da cultura alemã que Capistrano se abalançou a estudar a língua e a tirar todo partido disto; é êle próprio, aliás, quem nos diz:

(117). — Correspondência de Capistrano de Abreu, I, pág. 29.

“Não me vanglorio nem se envergonho de ter estudado a língua. Fi-lo porque certos livros alemães satisfaziam-me algumas curiosidades de meu espírito, e esperar que fôsem traduzidas importava, na melhor das hipóteses, numa demora de anos” (118).

Puro comportamento de intelectual honesto, enfim; e nunca preconceito em favor da cultura alemã (119). Não só os livros referidos provêm de todos os cantos do mundo ocidental; o mesmo sucede às revistas. Numa época em que nenhuma biblioteca pública do Rio de Janeiro possuía coleções de periódicos estrangeiros especializados em história (120), procurava êle, por todos os meios, pôr-se em dia com a **Revue Historique**, a **English Historical Review**, a **American Historical Review**, a **Revue de Synthèse historique**, e outras mais. E ainda a correspondência é testemunha da desnecessidade de uma preferência pelos alemães para a aplicação dos métodos de trabalho inaugurados em seu país; de fato, escrevendo a Guilherme Studart, Capistrano assim se expressa:

“Por que motivo, portanto, te insurges contra uma obrigação a que se sujeitam todos os historiadores, principalmente desde que, com os estudos arquivais, com a criação da crítica histórica, com a crítica das fontes, criada por Leopoldo von Ranke, na Alemanha, foi renovada a fisionomia da história?” (121).

Todos os historiadores, portanto, independentemente de sua nacionalidade, já procediam segundo certos princípios partidos da Alemanha. A posição de Capistrano, na verdade, é a de um legítimo ocidental, para quem a cultura européia surge como um todo, não suscetível de ser fraccionada pelos limites de ordem política. Êste é o traço que mais o caracteriza, a nosso ver; e sem o levarmos em conta, não é possível compreender-se a maneira nova como Capistrano encarou os problemas da história do Brasil, pois tal maneira era condicionada, antes de tudo, pelo espírito e pela formação cultural de um homem.

Prestando a Varnhagen o devido respeito, não silenciava as deficiências — e mesmo os defeitos — de sua obra, a começar pela falta de uma visão de conjunto, do que resultava o

(118). — Idem, I, pág. 240.

(119). — Isto não impede que Capistrano, como homem, tivesse simpatias pela Alemanha. Cf. carta a Mário de Alencar, in *Correspondência de Capistrano de Abreu*, págs. 235-239, como um decisivo documento a respeito.

(120). — *Correspondência de Capistrano de Abreu*, I, pág. 268.

(121). — Idem, I, págs. 165-166.

não estabelecimento de relações entre fatos aparentemente longínquos uns dos outros.

“Varnhagen não primava pelo espírito compreensivo e simpático que, imbuindo o historiador dos sentimentos e situações que atravessa, o torna contemporâneo e confidente dos homens e acontecimentos. A falta de espírito plástico e simpático — eis o maior defeito do visconde de Pôrto Seguro. A história do Brasil não se lhe afigurava um todo solidário e coerente. Êle poderia excavar documentos, demonstrar-lhes a autenticidade, solver enigmas, desvendar mistérios, nada deixar que fazer aos seus sucessores no terreno dos fatos: compreender, porém, tais fatos em sua origem, sua ligação com os fatos mais amplos e radicais de que dimanam; generalizar as ações e formular-lhes teoria; representá-los como conseqüências e demonstração de duas ou três leis basilares, não conseguiu, nem conseguí-lo-ia” (122).

Destas palavras, tão férteis em conclusões para as idéias do próprio Capistrano, infere-se, ainda, que o próprio trato com as fontes deixava muito a desejar em Varnhagen: de fato, como saber o que procurar, o que selecionar, sem as qualidades indispensáveis para isto? — E’ o pesquisador, aqui, que se coloca sob reserva, segundo nos confirmam as cartas de Capistrano, quando tomou a si o encargo de preparar uma nova edição da **História Geral do Brasil**. Leia-se, por exemplo, o seguinte:

“Dou-lhe a agradável notícia que espero pôr para fora até o fim do ano o primeiro volume de Varnhagen. Tem-me dado um trabalho; êle é muito mais descuidado e inexato do que pensava a princípio: basta ver a cambulhada que fêz de Francisco Caldeira e Alexandre de Moura. Tôda a expedição do Maranhão precisa ser escrita de novo: eu tinha pensado em lhe pedir um documento inédito que Varnhagen possuía sôbre ela, mas agora é tarde” (123).

O cuidado com a documentação, assim, é nele de primeira ordem (124), cabendo-lhe um excepcional lugar como pesquisador da história brasileira. Mais uma vez insistimos na riqueza de dados proporcionados pela correspondência. As cartas a

(122). — *Ensaios e Estudos*, I, págs. 138, 139-140.

(123). — Carta a G. Studart, in *Correspondência de Capistrano de Abreu*, I, pag. 162.

(124). — Cf. *Correspondência de Capistrano de Abreu*, II, pag. 165.

Lino de Assunção, a João Lúcio de Azevedo, ao Barão do Rio Branco, a Guilherme Studart, põem a descoberto um sem-número de preocupações com a busca de documentação, tarefa, aliás, em que se destaca seu colaborador Vale Cabral (125). Pensando, inicialmente, em editar uma grande coleção de documentos inéditos (126), abrangendo o século XVI (127), dedicou-se a investigações de que resultou a publicação de Fernão Cardim, das **Informações do Brasil e suas capitanias em 1584**, pelo Pe. José de Anchieta, das **Informações e fragmentos históricos** do Pe. Joseph de Anchieta, do **Diálogo das grandezas do Brasil**, da **Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil**, da **História do Brasil** de Frei Vicente do Salvador. Esta, já do século XVII, chama-nos a atenção pelo seu significado, tendo já sido consultada por Varnhagen e João F. Lisboa em Portugal, mas permanecendo inédita até que, em 1886, Capistrano e Vale Cabral se empenharam em sua publicação (128). Frei Vicente (Vicente Rodrigues Palha) terminara a composição de sua obra em 1627, revelando amor à terra natal e certeza no seu futuro, entrevedo suas possibilidades como centro e refúgio do governo português.

“Era senhor da cultura da época, versado na literatura latina sagrada e profana, na literatura pátria, leitor de histórias, de viagens, de poesias; sabia espanhol e talvez italiano... Imaginemos que a **História** de Frei Vicente, em vez de ficar enterrada e perdida tantos anos, viesse logo à luz; as conseqüências podiam ter sido consideráveis: serviria de modelo. Os arquivos estavam completos e teriam sido consultados com as limitações impostas pelo tempo. As entradas sertanejas teriam atraído a atenção e o conhecimento delas não ficaria em nomes escoteiros, sem indicações biográficas, sem achegas geográficas, meros sujeitos sem predicados” (129).

Tais palavras, do próprio Capistrano, dão idéia da importância da obra.

Dentre seus trabalhos originais, dois, acima de tudo, exigem consideração especial: os **Capítulos de história colonial** e os **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Sua posição na

(125). — Cf. *Correspondência de Capistrano de Abreu*, I, pág. 284.

(126). — José Honório Rodrigues, *A pesquisa histórica no Brasil*, pág. 130. Cf. *Correspondência de Capistrano de Abreu*, I, pág. 118.

(127). — Cf. *Correspondência de Capistrano de Abreu*, I, págs. 112-113.

(128). — *Ensaio e Estudos*, II, págs. 176-179.

(129). — *Idem, idem*, págs. 193-198.

historiografia brasileiro foi posta em foco por J. Honório Rodrigues, em palavras que nos parecem excelentes e que, por isso, transcrevemos:

“Os **Capítulos de história colonial** são a mais perfeita síntese jamais realizada na historiografia brasileira. O livro nascia do desejo de divulgar e atualizar, em forma simples, o conhecimento de nossa história, mais social e econômica do que política, liberta o mais possível da seriação de datas e nomes, livre da cronologia dos vice-reis e governadores... Ninguém lerá os **Capítulos** sem ver de imediato que Capistrano se preocupa com “o povo durante 3 séculos capado e recapado, sangrado e ressangrado”. Por isso eles são uma síntese social e econômica limpa e enxuta... Os **Caminhos antigos e o povoamento** definiram os roteiros da época colonial, explicaram a articulação de várias capitanias, mostraram um campo novo na historiografia. Ninguém atribuirá, como Capistrano, desde o fim do século, tanta importância à conquista e ao povoamento do sertão... Os **Caminhos antigos** são, para a historiografia brasileira, o que **The frontier in American History**, de F. Turner, é para a americana... Êle (Capistrano) viu o sertão e o caminho como processo de incorporação e dilatação da fronteira ocidental: era um campo novo, um método de investigação e interpretação original da formação colonial do Brasil. O sertão e os caminhos são um fator de criação da vida brasileira... O sertão e o caminho são ilustrações dos processos de desenvolvimento da história brasileira... No processo de transformar o sertão, o colono a princípio se barbariza e depois êle próprio e o sertão se alteram e, nesta mudança, cria-se uma nova personalidade... O papel do sertão e dos caminhos, entrevisto agora pela primeira vez, modificou profundamente o escrito e a metodologia histórica no Brasil. A história do Brasil colonial não era só a da colonização da costa atlântica, mas a expansão pela terra, livre ou ocupada por bárbaros” (130).

Ambos os trabalhos enquadram-se nas diretrizes traçadas por Martius, o que contribui para afirmar a importância da memória do naturalista (131). E dêle nos lembramos, ainda, ao considerar outra categoria das atividades de Capistrano: a concernente ao estudo de línguas indígenas. A recomendação de

(130). — Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira, in *Correspondência de Capistrano de Abreu*, I, págs. XLVI-XLVII e LII-LIII. José Honório Rodrigues é o autor da *Introdução aos Capítulos de História Colonial*, 4a. ed., 1954.

(131). — Cf. *Ensaio e Estudos*, I, pág. 70, nota 9.

tal estudo incluía-se nas orientações de Martius, e com afincado dedicou-se Capistrano a êle. Percorra-se sua correspondência, e ver-se-ão os índios que, compartilhando de sua vida, agiam como a mais pura fonte de estudos lingüísticos; o bacairi e o caxinauá foram as línguas a que mais se dedicou, tendo deixado, acêrca desta última, o volume **Rã-txa-hu-ni-ku-i**. Bem grande era o papel attribuído ao índio na formação do Brasil, como se vê:

“A minha tese é a seguinte: o que houver de diverso entre o brasileiro e o europeu, attribuo-o em máxima parte ao clima e ao indígena” (132).

Temos aí, portanto, uma frase cuja análise muito nos pode revelar de sua posição na historiografia brasileira. Primeiramente, o tom sereno, isento de qualquer espécie de arroubo, ao tratar de assunto que tão delicado fôra durante o século XIX. Não será isto sinal de equilíbrio, resultante de tomada de consciência de nacionalidade? — Em segundo lugar, a certeza de ser o brasileiro simplesmente um europeu submetido a um processo de diferenciação, cuja fôrça está longe de bastar para a justificativa de um isolamento no campo histórico. Não teremos aí o indício de integração num plano superior, em que América e Europa estejam para sempre ligadas? — Por fim, o reconhecimento da função do índio, como fator de peculiaridade de um povo no âmbito do Ocidente; de peculiaridade, apenas, sem louvores, sem lirismos, sem a preocupação de opor uma idealização do indígena à imagem estranha de uma Europa indiferente. Legítima consciência de brasileiro, agora, sentindo-se participante de uma ininterrupta e intrincada corrente de relações, a qual se dá o nome de história (133).

Explica-se, assim, o seu profundo reflexo, não apenas na historiografia, mas em todo o movimento de renovação da intelectualidade brasileira. Como era natural, não se encontrava êle isolado no aprofundamento de nossa história; sua personalidade, quando mais não fôsse, facilitaria o despertar de vocações e estimularia o trabalho de seus contemporâneos, por êle mesmo lembrados, em 1882, numa página cuja transcrição nos parece bem útil. Ei-la:

(132). — Ensaio e Estudos, III, pág. 155.

(133). — Frequentemente, aliás, sente-se em Capistrano de Abreu a ânsia de penetrar nas camadas profundas destas relações, como se vê, por exemplo: “O ideal da História do Brasil seria uma em que o lugar ocupado pelas guerras flamengas e castelhanas pãssasse aos sucessos estranhos a tais sucessos. Talvez nossos netos consigam ver isto” (Correspondência de Capistrano de Abreu, II, pág. 16).

“Os estudos históricos vão se adiantando... Os trabalhos de Batista Caetano assentam os estudos lingüísticos num terreno científico; Barbosa Rodrigues, José Veríssimo e Serra tentam penetrar a alma do indígena e arrancar o segrêdo de sua organização; Hartt lança, antes de morrer, as bases da arqueologia brasileira; Rodrigues Peixoto, ajudado por Lacerda, funda a antropologia; Macedo Soares e Sílviô Romero desfibram na raça atual a origem de fatores ainda desconhecidos; Araripe Júnior investiga as origens de nossa literatura; Silva Paranhos procura esclarecer aquêle labirinto intrincadissimo do Rio da Prata; Augusto da Costa e Pereira da Costa aprofundam a história de Pernambuco; Franklin Távora tenta renovar a história da revolução de 1817; Assis Brasil e Ramiro Barcelos celebram a revolução rio-grandense; Alcides Lima revela a história do Rio Grande do Sul; Henrique Leal arquiva ciosamente as glórias do Maranhão; Teixeira de Melo atira-se às questões internacionais; Vale Cabral funda a bibliografia pátria e desvenda os anais da imprensa; Alencar Araripe prepara a história do Ceará e das revoluções regenciais; Severiano da Fonseca embrenha-se pelo Mato Grosso; Moreira de Azevedo esgrima-se com a Sabinada; Paulino Fonseca apura a crônica das Alagoas; Ladislau Neto prepara o Catálogo da exposição antropológica; Felix Ferreira, João Brígido, Pôrto Alegre e outros trazem sua pedra para o monumento” (134).

Esta relação apresenta, sobretudo, o mérito de testemunhar a existência de uma fermentação, de uma curiosidade febricitante a percorrer o país. Diversos dêstes nomes têm interêsse apenas para a história estritamente local e, além do mais, a lista refere-se ao ano de 1882. Eis porque, dentre os contemporâneos de Capistrano, poremos em destaque apenas um nome nela mencionado: o de Silva Paranhos, Barão do Rio Branco. Outrossim, forçoso nos é lembrar personagens estranhos a ela: Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, Pandiá Calógeras, João Ribeiro. Nabuco e Rio Branco, na qualidade de diplomatas em fase de solução das questões de limites, empenharam-se numa pesquisa documental que, por si só, garantir-lhes-ia um lugar na historiografia patricia (135). Outros títulos, contudo, os confirmam naquela posição. O primeiro, com a biografia de seu pai — José Tomás Nabuco de Araújo — elaborou um traba-

(134). — *Ensaíos e Estudos*, I, págs. 216-217.

(135). — Cf. José Honório Rodrigues, *A pesquisa histórica no Brasil*, págs. 127-129; idem, *Teoria da História do Brasil*, 2a. ed., págs. 463-468 e 470-473.

lho indispensável para o estudo do segundo Reinado (136), enquanto que, com a obra autobiográfica **Minha formação**, deixou uma fonte concernente à vida de uma família do patriciado brasileiro no século XIX. Rio Branco, por sua vez, orientava-se para a história militar, como nos demonstram suas notas à tradução do trabalho de Schneider (137) e o **Esbôço biográfico do general José de Abreu**, barão do Serro Largo (138). Quanto às suas **Efemérides brasileiras**, seja-nos suficiente referir aqui a opinião de Capistrano:

“Tenho lido suas **Efemérides no Jornal do Brasil** e apreciado devidamente. Pela primeira vez aparece neste gênero trabalho sério e fundado nas fontes” (139).

Oliveira Lima destacou-se pela pesquisa de documentos na Inglaterra e teve, também, a atividade de historiador facilitada pelas suas funções na diplomacia (140). Dentre suas obras, a mais importante, tida como ampla fonte de informações acerca do Brasil-reino, é **D. João VI no Brasil** (1890) (141). Pandiá Calógeras, em estrita ligação com Capistrano (142), compôs, parcialmente no espírito dos **Capítulos de história colonial**, a **Formação histórica do Brasil**. De sua lavra ficaram-nos, ainda, a **Política exterior do Império** e uns tantos estudos (acerca das minas do Brasil e sua legislação, por exemplo), aos quais cabe o mérito de revelar

“as amplas perspectivas que oferece a exploração de um domínio quase virgem: o de nossa história econômica” (143).

João Ribeiro notabilizou-se por uma pequena **História do Brasil**, de caráter didático, elaborada ainda sob o influxo das idéias de Martius (144); continua ela a merecer novas edições em nossos dias (145). No tocante à publicação de documentos,

(136). — Cf. Carolina Nabuco, *A vida de Joaquim Nabuco*, 2a. ed., págs. 297-298.

(137). — Cf. Sílvio Romero, *História da Literatura Brasileira*, 3a. ed., V, págs. 378-380.

(138). — Publicado na RIHGB, tomo XXXI, 2a. parte, págs. 62-135.

(139). — *Correspondência de Capistrano de Abreu*, I, pág. 133.

(140). — RIHGB, tomo LXV, 2a. parte, págs. 1-139; cf. José Honório Rodrigues, *A pesquisa histórica no Brasil*, págs. 104-111.

(141). — Sérgio Buarque de Holanda, *El Pensamiento histórico en el Brasil*, in *Ficción*, Buenos Aires, jan-fev. 1958, pág. 148.

(142). — *Correspondência de Capistrano de Abreu*, I, págs. 350-417.

(143). — Sérgio Buarque de Holanda, art. cit., pág. 143.

(144). — José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil*, 2a. ed., págs. 173-174. Cf. *Correspondência de Capistrano de Abreu*, II, págs. 80, 226.

(145). — 16a. edição, Rio de Janeiro, 1957.

avultam as **Atas da Câmara de Santo André** (impresas por iniciativa de Washington Luís) e de **São Paulo** (princiadas em 1914), o **Registro Geral da Câmara de São Paulo**, dos **Inventários e Testamentos** e das **Sesmarias** (146).

Certamente poderíamos alongar a lista dos trabalhos passíveis de inclusão no nosso esboço. Deter-nos-íamos, por exemplo, em Guilherme Studart, pesquisador da história do Ceará; em Euclides da Cunha, com **Os Sertões, Contrastes e confrontos e À margem da história**; em Tobias Monteiro, com seus estudos relativos à independência e ao Império; em Rodolfo Garcia, colaborador e continuador da obra de Capistrano (147); na massa de fatos acumulada por Rocha Pombo em sua **História do Brasil**; ou escolheríamos alguns dentre os inúmeros trabalhos dignos de se considerarem como fontes para a história dos costumes, para a história social, para outros setores, ainda. Limitemo-nos, todavia, a relembrar o que antes dissemos: a rigor, tudo quanto se publica — ou melhor, que se escreve — é digno de atenção do interessado em história, e muitas vezes os resultados mais surpreendentes provêm de fontes inesperadas. Não achamos ocioso, também, sublinhar uma circunstância capaz de nos levar a umas tantas reflexões, relativamente aos principais autores acima mencionados: todos eles, de uma ou de outra forma, tinham seu espírito aberto para a cultura européia, todos eles faziam história com a gente imbuída de Europa. Na diplomacia de Rio Branco, Nabuco e Oliveira Lima, no entusiasmo de J. Ribeiro pela cultura alemã, nos altos postos ocupados por Calógeras, preponderavam sempre as oportunidades para o rompimento de uma visão pautada pelo nativismo. A própria esfera em que se moviam, é verdade, limitava um tanto a profundidade de sua visão, num sentido legitimamente brasileiro. Eis porque devemos voltar a Capistrano de Abreu, a fim de passarmos a nova etapa dos estudos de história do Brasil: ao esforço, agora, de final ruptura do isolamento no campo histórico, de se atingir aquilo que — com as reservas exigidas por tal expressão — correspondesse mais de perto a uma realidade histórica brasileira, de abrir a possibilidade de sua pesquisa a mais amplas camadas da população. E' o que nos leva à liquidação da progênie de Rocha Pita, ao movimento modernista e à fundação da Universidade.

Mais uma vez invocamos a correspondência de Capistrano. Revelam-nos as cartas o zelo de compreensão do Brasil, tal co-

(146). — Cf. Sérgio Buarque de Holanda, art. cit., pág. 143.

(147). — Cf. José Honório Rodrigues, *Notícia de vária História*, págs. 210-223.

mo é, e não como se desejaria que fôsse. E o resultado não é de todo lisonjeiro para o país, no qual Capistrano debalde procura razões de grandes entusiasmos. Note-se nada ter êste fato a ver com o amor pela terra; nas cartas encontram-se expressões insofismáveis, tais sejam:

“Amo, admiro o Brasil e espero nele. Os maus brasileiros passam, o Brasil fica” (148).

E justamente por isso queria êle encarar o mais possível da verdade, longe que estava de se deixar embalar por louvaminhas já transformadas em lugares-comuns. A terra, considerada em si mesma, não lhe surgia como algo maravilhoso, como se vê:

“A mais fértil terra do mundo... Onde? Não na Amazônia, onde, raspada uma camada de mateiro, bate-se na esterilidade. Nos outros Estados é quase invariavelmente o mesmo” (149).

O povo não lhe parece tão inteligente quanto muitos o afirmam (150) e a vida política é fonte de constantes decepções (151). A êle remonta aquela melancólica frase, com a qual pretendia resumir o Brasil:

“o jaburú... a ave que para mim simboliza nossa terra. Tem estatura avantajada, pernas grossas, asas fornidas e passa os dias com uma perna cruzada na outra, triste, triste, daquela austera, apagada e vil tristeza” (152).

Não foi por acaso que Paulo Prado lançou mão desta passagem, como epígrafe ao seu **Retrato do Brasil**; o livro, que leva a auto-crítica aos seus extremos, coloca-se, assim, sob o patrocínio de Capistrano. Por isso já se disse ser o **Retrato do Brasil** uma obra de Capistrano, embora escrita pelo seu amigo (153). Curiosamente, notamos que outro traço marcante do mundo intelectual do século XIX, o indianismo, apesar de tôda a

(148). — Correspondência de Capistrano de Abreu, I, pág. 63.

(149). — Idem, II, pág. 234; cf. pág. 420. A mudança de atitude perante a natureza, entre os intelectuais brasileiros do começo do século XX foi um fenómeno riquíssimo de significação. Cf. Ronald de Carvalho, *Pequena História da Literatura Brasileira*, 5a. ed., págs. 365-366.

(150). — Idem, I, pág. 416; II, pág. 420.

(151). — Um, entre muitos exemplos: *Correspondência de Capistrano de Abreu*, I, pág. 233.

(152). — Idem, II, pág. 21.

(153). — Humberto de Campos, *Crítica*, I, pág. 60. Cf. José Honório Rodrigues, in *Capítulos de História Colonial*, 4a. ed., pág. 26.

importância a êle reconhecida, bem como ao elemento indígena, apesar do afinco dos estudos lingüísticos, era tido como superado, segundo se depreende de uma carta a Mário de Alencar, datada de 1914:

“Para que se ocupar com índios? E’ uma dissipação sem utilidade. Não sei bem o que V. pretende procurar, mas asseguro-lhe desde já que sairá desiludido” (154).

Ligando-se esta opinião a outras passagens de sua obra, concluiríamos residir o primacial objetivo de semelhante estudo no seu significado para a compreensão da mentalidade do século XIX. Ou seja: o assunto integrara-se na história, no passado, portanto. O Brasil novo, brotando do surto pelo qual passavam São Paulo e os Estados do Sul, derivava do movimento imigratório e rompia o esquema das três raças, preconizado por Martius. Aos que lamentavam as transformações daí decorrentes, opunham-se respostas dêste teor:

“São Paulo é, continua a ser, e será sempre visceralmente brasileiro. Isso não impede que cem raças se debatam no seu xadrez etnológico; são justamente êsses reflexos imigratórios, ordeiros e trabalhadores que, nacionalizando pelo berço de seus filhos, tornaram... São Paulo um dos Estados mais belos e prósperos do país” (155).

E, certamente, Capistrano se apercebia dêste fato.

Capistrano, o historiador, que sòmente poderia atingir o nível característico de sua obra através da maior identificação possível com a realidade brasileira, cuja visão do passado se alicercava no contacto vivo, consciente e ininterrupto com o mundo seu contemporâneo, presta-se, melhor do que ninguém, a ilustrar a transição para uma nova fase, em cujo âmbito os estudos históricos passariam por uma total renovação. Referimo-nos àquilo que, na falta de uma expressão mais justa, tem sido designado pelo nome de modernismo; não num sentido restrito à arte ou à literatura, mas amplamente, como nos elucida Ronald de Carvalho, ao expressar-se assim:

(154). — Correspondência de Capistrano de Abreu, I, pág. 228.

(155). — Hélios, Nacionalismo perigoso, in *Correio Paulistano*, 4-V-1920, ap. Mário da Silva Brito, *História do Modernismo brasileiro. Antecedentes da Semana de Arte Moderna*, pág. 125.

“O homem novo do Brasil quer viver a realidade do momento. Ser moderno não é ser futurista nem esquecer o passado. Ninguém pode esquecer o passado. Repeti-lo, entretanto, seria fraccionar artificialmente a realidade, que é contínua e indivisível” (156).

Paulo Prado, um dos patrocinadores da Semana de 1922,

“aquêlê que teve fé no movimento, o que estimou a importância, o valente e bellissimo trabalho da Semana de Arte Moderna”,

que aspirava por uma transformação nos meios cultos brasileiros e era, inclusive, favorável a uma mudança política (157), era também amigo de Capistrano e voltou-se também para a história. O **Retrato do Brasil** é o avesso de Rocha Pita, pois, como se lê,

“damos ao mundo o espetáculo de um povo habitando um território que a lenda — mais que a verdade — considera imenso torrão de inigualáveis riquezas, e não sabendo explorar e aproveitar o seu quinhão... O Brasil... Dorme o seu sono colonial... Apesar da aparência de civilização, vivemos assim isolados, cegos e imóveis, dentro da própria mediocridade em que se comprazem governantes e governados” (158).

Tais palavras, que se tornam amenas, diante da profunda amargura de todo o volume, são o resultado de um exame do passado, através da tomada de consciência do presente (159). Salta aos olhos a ânsia de chegar ao cerne do Brasil — tal como em Capistrano; — e — ainda como em Capistrano — é permanente a preocupação com a Europa, combatendo-se o nacionalismo provinciano e buscando-se acertar o passo com os valores representativos da cultura ocidental; nesta, deveria caber um lugar ao Brasil.

No campo da historiografia, logo se fariam sentir os esforços das novas tendências. Os documentos — cuja publicação não se interrompera — passaram a ser aproveitados em favor do novo espírito; os **Inventários e testamentos**, assim, serviriam a Alcântara Machado para a **Vida e morte do Bandeirante**. O próprio Paulo Prado entregava-se à reconstituição e revisão da

(156). — *Pequena História da Literatura Brasileira*, 5a. ed., pág. 371.

(157). — Cf. Mário da Silva Brito, *Os patrocinadores da Semana*, in *Estado de São Paulo, Suplemento Literário*, n.º 121, 7 de março de 1959.

(158). — Paulo Prado, *Retrato do Brasil*, 3a. ed., 1929, págs. 200 e 214-215.

(159). — *Idem, idem*, págs. 183-184.

história paulista, ao lado de vários outros, como Washington Luís, Basílio de Magalhães e Alfredo Ellis Júnior. Embora alheio ao modernismo, avultava, pela amplitude de sua pesquisa, Afonso de Taunay, também correspondente de Capistrano, ao qual deveu inúmeros conselhos para sua **História geral das bandeiras paulistas** (1924-1951) (160). A fermentação característica da década de 1920, do ponto de vista do ensino, expressou-se ainda num movimento renovador, abrangendo a campanha pela fundação das Universidades no país. O passo fundamental para a efetivação desta medida concretizou-se ao se instituírem as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo e do Rio de Janeiro, respectivamente em 1934 e 1935. E, conforme muito bem põe em destaque Fernando de Azevedo (161), mais do que nunca tornou-se gritante a carência, entre nós, de personalidades realmente dignas de exercerem cargos de magistério superior, no ensino dos vários domínios da especialidade intelectual e científica. No caso particular da história da civilização, estávamos diante de um vazio quase absoluto. Deveras, um fator a dificultar consideravelmente a compreensão e a própria pesquisa da história do Brasil, era o que podemos chamar de completa falta de base no concernente à história geral (162). A maneira perfunctória como a matéria era ensinada no curso secundário não permitia seu aproveitamento para a elucidação de inúmeros traços da história brasileira, resultando daí o divórcio quase total entre o campo nacional e o geral do desenvolvimento histórico. Desde a escola, portanto, era o Brasil visto como algo mais ou menos isolado do resto do mundo, compreendendo-se, diante disto, a facilidade de expansão dos dogmas “ufanistas”, contra os quais reagiram Capistrano e seu círculo. Havia, é verdade, quem tomasse contacto com obras de história geral superiores — ao menos em massa — aos manuais do curso secundário. Quais eram estas obras? — Primeiramente, a **História Universal** de César Cantu, composta entre os anos de 1837-1848, considerada na Europa como trabalho de vulgarização de categoria inferior (163); e, depois, a grande **História Universal**

(160). — Cf. *Correspondência de Capistrano de Abreu*, I, págs. 274-350. Sérgio Buarque de Holanda, art. cit., pág. 144.

(161). — *A Cultura brasileira*, 2a. ed., págs. 405-406.

(162). — Para o que toca à história no âmbito da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, utilizamo-nos de nosso artigo *O Estado da história na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, publicado em *O Estado de São Paulo* de 25-1-1954 e reimpresso na *Revista de História*, n.º 18 (1954) e nos *Ensaíes Paulistas*, ed. Anhembi.

(163). — Cf. Gooch, *History and Historians in the nineteenth century*, Beacon Press, 1959, pág. 405.

publicada na Alemanha sob a direção de G. Oncken e de cuja tradução se haviam encarregado os portugueses. Tratava-se, na realidade, de uma coleção de obras de história, de valor muito desigual, mas que contava, entre seus colaboradores, com nomes respeitáveis, tais o de Eduardo Meyer. O simples fato, entretanto, de se considerar tal obra como a suma perfeição no assunto, já nos revela a maneira pela qual se encarava a matéria: não era sentida a necessidade de um contacto contínuo com o movimento editorial europeu referente à história, ou melhor, a imensa maioria, tão grande que poderíamos chamá-la de totalidade, mal sabia da existência deste movimento. E não deixa de ser curioso notar-se que, apesar das grandes simpatias pela França, logo no setor da história, tão importante para o desenvolvimento do entusiasmo pró-francês, as obras que aqui gozavam de maior fama fôssem de autoria de um italiano e de um grupo de professores alemães (164).

Com as recém-fundadas Faculdade de Filosofia, tinham os que se sentissem atraídos pelo estudo da história, pela primeira vez no país, a oportunidade de freqüentar cursos em que a matéria, na medida das possibilidades, fôsse ministrada segundo moldes europeus; lançavam-se, assim, os fundamentos, sobre os quais seria de se esperar pudesse florescer uma moderna historiografia brasileira. Para São Paulo e Rio de Janeiro vieram professores franceses, cujos nomes jamais serão esquecidos, ao tratar-se da história cultural do país: Émile Coornaert, Fernand Braudel, Henri Hauser, Eugène Albertini, Jean Gagé. Sob a orientação deste último as cadeiras de história, em São Paulo, principiaram a formar seus primeiros doutores; por mais defeituosas que fôssem as teses apresentadas, em virtude das condições dominantes, não se pode negar representarem um grande progresso. Pela primeira vez, no Brasil, trabalhava-se metódicamente, sob a orientação de um mestre europeu, e dava-se ao movimento de auto-crítica, que fermentava na elite brasileira, uma nova direção, na medida em que se principiava a ver o Brasil como uma parte do mundo ou, ao menos, do Ocidente; compreendia-se, assim, o quanto de absurdo havia naquela atmosfera antes predominante, em que se tinha a impressão de viver isolado do resto da humanidade. Naturalmente, tratava-se apenas do início, e de um início bem modesto. Havia, e há ainda, muitos para os quais correspondia a uma verdadeira falta de juí-

(164). — Apenas em 1955 iniciou-se a publicação de uma grande coleção francesa: a *História Geral das Civilizações*, sob a direção de M. Crouzet, editada pela *Difusão Européia do Livro* (1955-1958).

zo ou perda de tempo a preocupação com estudos relativos à Antigüidade, à Idade Média, ou a qualquer outro setor não especificamente brasileiro. Segundo este ponto de vista, era esta uma atividade inútil, uma vez que não nos encontrávamos em condições de lançar caminhos originais em pesquisas sobre assuntos desta natureza; em compensação, dever-se-ia dar todo apóio aos esforços de pesquisas acerca da história brasileira ou, então, na última das hipóteses, acerca da história portuguesa ou ibérica, conforme o caso. Acreditamos que tal maneira de encarar-se a questão é suscetível de ser discutida. Pensamos, em primeiro lugar, que, fora do plano da história geral, não é possível uma história do Brasil ou, melhor, não é possível dar-se à história brasileira o seu pleno sentido; de fato, consideramos como indispensável o seu entrosamento no panorama ocidental, ao menos para corrigir-se a tendência à idéia do isolamento e do particularismo histórico. Ainda mais: a familiarização com problemas de história geral tem como resultado, mesmo para o especialista em história brasileira, a abertura de novos horizontes, de novas possibilidades no campo do método. E, neste caso, até mesmo um trabalho sobre longínquas e estranhas regiões poderia repercutir favoravelmente, inclusive sobre pesquisas locais de história nacional. Principalmente, uma sadia base de conhecimentos de história geral é indispensável para o desenvolvimento de uma legítima consciência ocidental, tanto mais para os brasileiros, povo de origem colonial, cujas raízes então na Europa. Alguns séculos não são suficientes para destruir a força da língua, da religião, das formas sociais e de uma enorme massa de tradições, por intermédio das quais estamos, para sempre, ligados à Europa.

Vários serão os aspectos negativos a merecerem destaque, se nos dedicarmos a um exame sereno do que têm sido os estudos de história nas Universidades, na de São Paulo, por exemplo. Voltemo-nos, porém, apenas para o que de positivo ela nos deu. Chama-nos a atenção, antes de tudo, a fundação da **Revista de História**, idealizada por E. Simões de Paula; surgiu ela em 1950, constituindo-se no primeiro periódico brasileiro dedicado à história, em geral, e contando com a permanente colaboração de especialistas estrangeiros (165). Associada ao mesmo grupo desta revista, funciona ainda a **Sociedade de Estudos Históricos**, fundada em 1942 e reorganizada em 1950. Não negligenciável

(165). — A propósito da **Revista de História** no exterior, cf. Fr. Mauro, *Au Brésil: la Revista de História*, in *Annales*, Jan.-mar. 1957, págs. 103-106; *Revue Historique*, 1952, tomo CCVII, n.º 422, págs. 362-363; *Bulletin Hispanique*, tomo LIII, n.º 1, 1951, pág. 106, etc.

foi, também, o empêno na constituição de uma biblioteca especializada, tarefa bastante ingrata, à qual se opunham numerosos obstáculos, tudo devendo começar praticamente do nada; a aquisição de coleções de revistas, de obras básicas da historiografia europeia, de coleções de documentos publicados, de material iconográfico, exigia — e continua a exigir — consideráveis somas e boa vontade, que nem sempre se encontram (166). Por fim, publicaram-se trabalhos reveladores de uma efetiva renovação na maneira de encarar-se a história, não só entre os profissionais da matéria, mas também em outros departamentos, que não podem ser postos de lado. Com os olhos postos no Brasil, foi que Alice P. Canabrava elaborou dois trabalhos de história da América, recebidos calorosamente pela crítica especializada (167): **O comércio português no rio da Prata (1580-1640)** e **A indústria do açúcar nas ilhas francesas e inglesas do mar das Antilhas (1697-1735)**. A novidade das concepções demonstrava-se na introdução ao primeiro volume, como vemos:

“A história da contribuição luso-brasileira para a evolução dos países platinos tem sido vista principalmente sob o ângulo das campanhas militares, enquanto outros aspectos, talvez mais interessantes, como o da profunda influência exercida pelo Brasil na formação social e econômica daqueles países, têm passado despercebidos. Nosso trabalho, procurando mostrar a expansão comercial luso-brasileira nos territórios espanhóis do vice-reino do Perú na época da união das corôas espanhola e portuguesa, representa um esforço nesse sentido”.

Ainda no quadro da história americana, podendo ser aproveitado para se atingirem pontos de interesse para o caso brasileiro, publicou-se **A penetração comercial da Inglaterra na América espanhola (1713-1783)**, de Olga Pantaleão. No concernente à história do Brasil *stricto sensu*, a pesquisa de documentos relativos ao Brasil colonial encontrou em Myriam Ellis dedicação e honestidade, enquanto que Nícia Vilela Luz explorava

(166). — Sirva-nos de consôlo saber que nem em todos os países europeus a situação é melhor que a nossa. Cf. o caso de Portugal, como nos diz Vitorino Magalhães Godinho: “Cela dit... par un Portugais qui se rapelle qu’a la Faculté des Lettres comme à la Bibliothèque nationale de Lisbonne on cherche en vain les oeuvres essentielles de l’historiographie française, anglaise, italienne, etc...” (Le problème des découvertes, in *Annales*, 1948, n.º 4, pág. 523).

(167). — Cf. *Annales*, 1948, n.º 4, págs. 541-550.

um assunto tão mal conhecido, como o do nacionalismo econômico brasileiro (168).

Na história das idéias, lembremos João Cruz Costa, com **O desenvolvimento da filosofia no Brasil no século XIX e a evolução histórica nacional**, insistindo em temas de grande importância, como se depreende do seguinte trecho da introdução ao seu volume:

“O pensamento é sempre produto da atividade de um povo e, assim, é para nossa história, nas suas relações com a história universal, que devemos nos voltar para apreender a nossa própria significação, o sentido do nosso espírito, a fim de melhor compreendermos os matizes da transformação de idéias que vieram exercer influência no nosso meio. Muita idéia mudou e muita teoria nascida do outro lado do Atlântico tomou aqui expressões que não parecem perfeitamente condizentes com suas “premissas” originais. E’ que há um estilo próprio aos diferentes meios, estilo êsse condicionado pelas vicissitudes históricas dos povos, que determina ou que influi na transformação dos sistemas que a inteligência constrói para explicar a vida”.

Contribuições relevantes devem-se a Laerte Ramos de Carvalho, com **A formação filosófica de Farias Brito** e pesquisas concernentes às reformas educacionais do Marquês de Pombal, e a Roque Spencer Maciel de Barros, estudioso de Luís Pereira Barreto e do movimento das idéias durante o Segundo Reinado.

Lourival Gomes Machado, voltado para os estudos políticos, trilhou um caminho de invejável beleza, ao relacioná-los com a história da arte brasileira; o absolutismo e o barrôco, assim, constituem-se num único e largo horizonte em que se exercita sua vida curiosidade intelectual.

Sob a orientação do experimentado mestre Fernando de Azevedo, os estudos sociológicos, contando ainda com a colaboração de Roger Bastide, avançaram o suficiente para abrir novos caminhos à própria pesquisa histórica; no seu âmbito foi que Florestan Fernandes e Egon Schaden elaboraram seus trabalhos relativos ao indígena, campo em que se ilustrou a cadeira de Etnografia e Língua Tupi-Guarani, sob a chefia de Plínio Ayrosa. Ao departamento de geografia devem-se numerosos volumes, de importância sobretudo para a história de São Paulo, principalmente sob a orientação de Aroldo de Azevedo.

Inegável é, assim, a fermentação espiritual existente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, apesar de todos os inconvenientes, próprios às circunstâncias de um país destituído de tradição universitária e resultantes de uma guerra cuja irrupção se deu em momento tão delicado para a nossa cultura. Não se limitou a ela, porém, o impulso assumido pela nossa historiografia nas últimas décadas. Outras instituições tiveram o mérito de patrocinar e estimular a pesquisa e a publicação de documentos, cabendo ao **Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** a catalogação sistemática e a proteção dos arquivos estaduais, municipais, eclesiásticos e particulares, cujos acervos interessem à história do Brasil (169); a **Biblioteca Nacional** iniciou, em 1928, a coleção dos **Documentos históricos** e lançou a público, em 1935-1938, os preciosos **Autos da Devassa da Inconfidência Mineira**; o Ministério da Educação, logo após ter sido fundado, principiava a divulgação de fontes, sendo o mesmo caminho seguido por outros institutos (170); publicações foram ainda levadas a cabo pelo **Arquivo Nacional** e pela **Academia Brasileira de Letras** e repertórios de fontes deveram-se a particulares, tal o caso de J. C. de Macedo Soares, com as **Fontes da História da Igreja católica no Brasil**; repertórios bibliográficos dignos de atenção foram **A historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil**, a **Bibliografia brasileira**, de Rubens Borba de Moraes e o **Manual bibliográfico de Estudos Brasileiros** (171).

— Importantíssimas publicações são a **História da Companhia de Jesus no Brasil** (10 vols., 1938-1950), do Pe. Serafim Leite, ou os 14 vols. da **História do café no Brasil**, de Afonso de Taunay. A história econômica assinalou os nomes de Roberto Simonsen e Caio Prado Júnior, autor, também, de uma **Formação do Brasil Contemporâneo**, abrangendo, por enquanto, o período colonial (172). A fase dos descobrimento, na qual tanto se aprofundam os portugueses, despertou o interesse de um pesquisador com colorido de polemista e que já obteve repercussão internacional: T. O. Marcondes de Souza.

(169). — Cf. José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil*, 2a. ed., pág. 324.

(170). — O Instituto do Açúcar e do Alcool, por exemplo, dispõe de um serviço especializado em documentação histórica, tendo iniciado, em 1954, a publicação dos documentos para a história do açúcar.

(171). — Apesar de tudo, o panorama da pesquisa histórica no Brasil deixa ainda muito a desejar. Cf. José Honório Rodrigues, *A Pesquisa histórica no Brasil*, pág. 155.

(172). — Cf. F. Braudel, *Deux livres de Caio Prado*, in *Annales*, 1948, n.º 1, págs. 99-103.

A história pelo prisma biográfico tem seu maior representante em Otávio Tarquínio de Souza, com os 10 vols. da **História dos fundadores do Império do Brasil**; grande é, aí,

“a parte concedida ao exame da contribuição das principais personagens que surgiram no momento histórico da emancipação do Brasil e atuaram no processo da formação de suas instituições políticas. Mas neste conjunto de biografias os homens aparecem indissolúvelmente ligados aos acontecimentos, homens históricos e não puros espíritos, homens concretos e não abstratos, associando natureza e cultura, natureza e história, ao mesmo tempo *anges et bêtes*, a prevalecer o pensamento de Kierkegaard. Quando esteve nas possibilidades do autor, sua tarefa biográfica inspirou-se em boa parte nas lições de Dilthey e diligenciou descobrir, baseado nas melhores fontes documentais, o nexó efetivo em virtude do qual as figuras estudadas foram determinadas pelo meio em que viveram e como sôbre êle reagiram” (173).

Destacam-se, ainda neste parágrafo, Alberto Rangel, Castro Rebelo, Álvaro Lins, Wanderley Pinto e outros.

Vasta é a obra de Pedro Calmon, desde trabalhos sôbre a expansão baiana, passando pelas pesquisas em arquivos portugueses (174), até uma grande **História do Brasil** e uma **História Social do Brasil**, campo em que também se ilustrou Nelson Werneck Sodré, com a **Formação da Sociedade Brasileira**.

Afonso Arinos de Melo Franco, J. F. de Almeida Prado, José Maria dos Santos, José Maria Belo, Hélio Viana e numerosos outros, voltados para a história regional — ou mesmo local (175) — poderiam ser mencionados, se fôsse nossa intenção dar uma longa lista de nomes; bastará, em lugar disto, uma referência à obra de J. H. Rodrigues, **Teoria da História do Brasil**, onde, além de uma tentativa de sistematização, encontram-se informes bibliográficos em condições de satisfazer quem queira aprofundar o assunto (176).

Na esfera da Sociologia, com profundas repercussões na historiografia, três nomes, ao menos: Oliveira Viana, Gilberto Freyre e Fernando de Azevedo. O primeiro, com as **Populações**

(173). — Otávio Tarquínio de Souza, **Introdução à História dos fundadores do Império do Brasil**, Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, págs. 8-9.

(174). — Cf. RIHGB, tomo CXII, págs. 134 ss.

(175). — Cf. Sérgio Buarque de Holanda, art. cit., págs. 151-152.

(176). — Cf., também, os guias publicados no México pelo Instituto Pan-americano de Geografia e História, em 1953-1956, 3 vols., a cargo de Emílio Willems, José Honório Rodrigues e Américo Jacobina Lacombe.

meridionais do Brasil e uma série de ensaios inspirados pela história do Império; o segundo, com **Casa Grande e Senzala**, um dos livros de maior ressonância no Brasil dos últimos tempos (177); e o terceiro, com **A Cultura brasileira**, na qual,

“familiarizado com procedimentos de investigação social, especialmente os que derivam de teorias durkheimianas, aplica-os ao exame de nossa evolução social, cultural e política” (178).

Não só se verificou no Brasil um movimento merecedor do nome de “descoberta da Europa”; em diversos centros europeus, também a nova fase iniciada por volta de 1920 deu lugar a uma “descoberta do Brasil” (179). E’ o que explica o interesse votado à história brasileira por nomes como os de C. R. Boxer, de E. Coornaert e Henri Hauser, de Manchester e de Hill, de periódicos especializados, a exemplo dos **Annales** e da **Hispanic American Historical Review**, ou, na História da Arte, de G. Bazin e R. C. Smith.

Finalmente, na obra de Sérgio Buarque de Holanda, discernem-se os frutos da inquietação intelectual brasileira, atribuindo-se ao país um belíssimo lugar na história das aspirações de todo o mundo ocidental, quicá da humanidade. Não deixa de ser simbólico o fato de ter êle partido de um exame das **Raízes do Brasil**, em 1936, para chegar à **Visão do Paraíso**, em 1959. Pois, na verdade, sòmente através do empêno em busca da realidade brasileira é admissível a nossa integração histórica no plano ocidental, e sòmente rompendo o vício de considerar-se a história do Brasil como um compartimento estanque e isolado atingiremos, por seu intermédio, a realização de um ideal verdadeiramente humano, universalmente humano.

PEDRO MOACYR CAMPOS

Professor-adjunto da Cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

(177). — Sf. Sérgio Buarque de Holanda, art. cit., pág. 149.

(178). — Idem, idem, pág. 151.

(179). — Acêrca da ignorância relativa ao Brasil na Europa, cf. C. R. Boxer, **Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola**, págs. VII-VIII, ou H. Hauser, *Notes et réflexions sur le travail historique au Brésil*, in *Revue Historique, Bulletins critiques*, jan.-mar., 1937, pág. 86.